Julho/Agosto de 1985

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Rua da Imprensa, 16 — 8.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20030

Periódico MFN 52 ex. 2

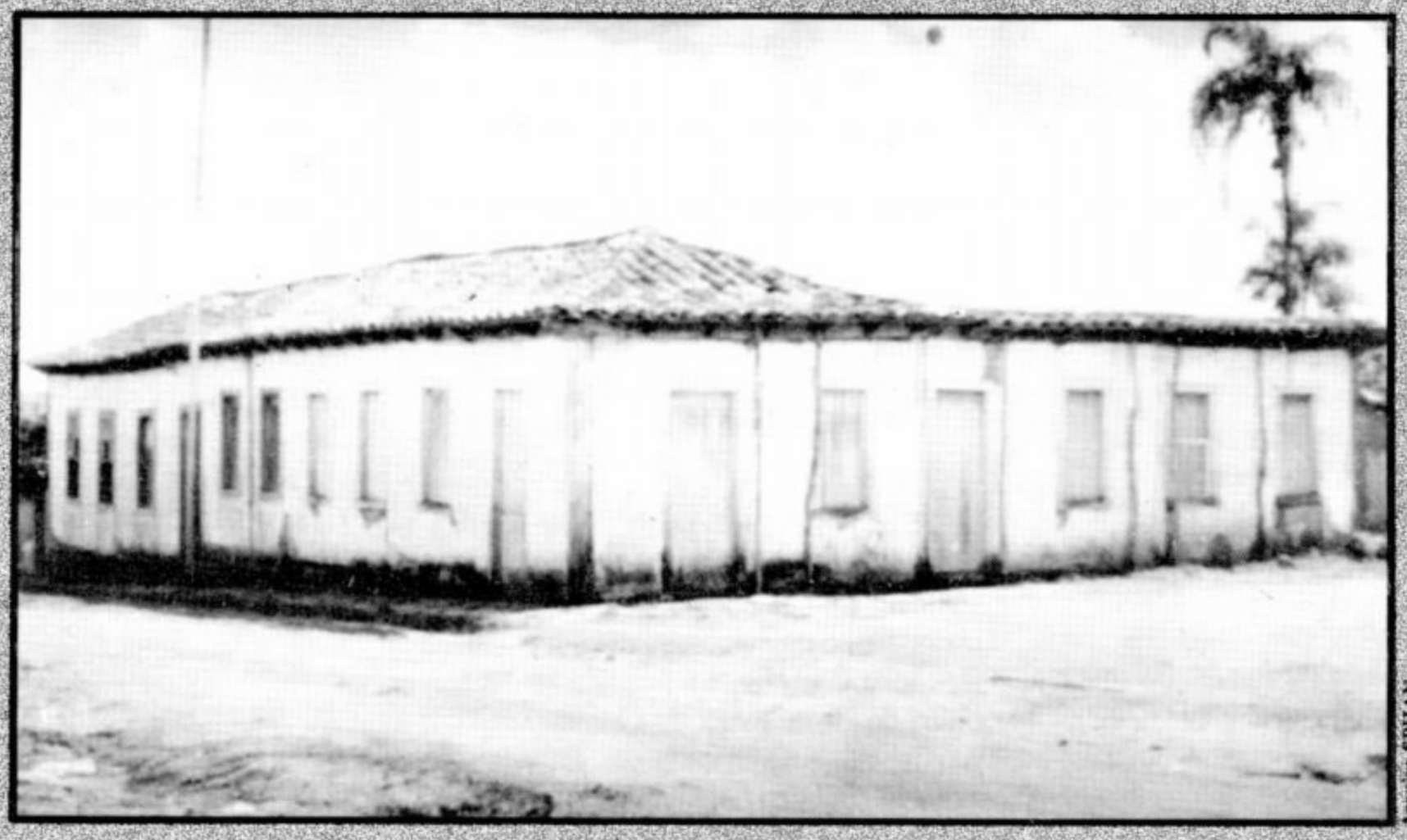
BNS

SPHAN 37

*pró*Memória

ISSN 0101 — 3467

CONSELHO CONSULTIVO



Arquivo da SPHAN

***O** Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reuniu-se pela primeira vez após a criação do Ministério da Cultura. Este fato, por si só, já o coloca em destaque nesta edição do Boletim SPHAN/pró**Memória**. Porém, um assunto, entre os vários que foram tratados naquela reunião, eleva ainda mais o valor do destaque: é o tombamento da Casa do Senador Canêdo (GO), solicitado pela proprietária do imóvel, um procedimento raro, portanto louvável, no campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro.*

CONSELHO CONSULTIVO

Às 14 horas do dia 13 de agosto de 1985, reuniu-se, pela primeira vez após a criação do Ministério da Cultura, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema (antigo MEC), no Rio de Janeiro (RJ), o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na presença do Ministro Aluísio Pimenta.

Presidido pelo Secretário do PHAN, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, o encontro, que cumpriu extensa pauta de assuntos pertinentes ao patrimônio nacional, teve como destaque a apresentação do Professor e Historiador Francisco Iglésias, como novo integrante do Conselho, em substituição ao saudoso Pedro Calmon.

Na ocasião foram discutidos os seguintes assuntos: tombamento da Casa do Senador Canêdo, localizada em Bela Vista de Goiás (GO), pedido para saída de obras de arte do país, pertencentes aos acervos do Museu de Arte de São Paulo — Assis Chateaubriand, do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e peças de arte plumária dos museus Paulista — da USP, Paraense Emílio Goeldi — do CNPq e Nacional — da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram também estudados os processos de rerratificação de tombamento da Rua Armando Martins, incluída no Conjunto Arquitetônico da cidade de Petrópolis (RJ); de regulamentação do entorno dos monumentos tombados no Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e de averbação à inscrição nos livros de Tombo da SPHAN dos acessórios que compõem os edifícios religiosos tombados.

Casa do Senador Canêdo

Fato louvável o pedido de tombamento de um monumento de valor histórico, efetuado pelo seu proprietário. Foi o que ocorreu com a Casa do Senador Canêdo, localizada no Município de Bela Vista de Goiás (GO), a partir de solicitação da Professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, atualmente Diretora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que, juntamente com intelectuais goianos, justifica o tombamento da Casa para preservar a memória de seu fundador e criar um espaço cultural voltado para a história e os usos e costumes da região sul de Goiás.

O prédio, segundo pesquisa da própria Professora Nancy, foi construído em terreno de esquina por Antonio Amaro da Silva Canêdo, o fundador do antigo Arraial da Bela Vista, no início dos anos 70 do século XIX. A data em que a Casa foi erguida não é precisa. Sabe-se, no entanto, que sua construção teve lugar após 1868, ano em que Antonio Canêdo transferiu-se de Bonfim para Bela Vista, depois de contrair núpcias com Dona Guilhermina de Araújo Melo, dois anos após o surgimento do povoado de Suçurapava, atual Bela Vista de Goiás. O Senador Canêdo foi um de seus primeiros habitantes e, por cerca de 30 anos, marcou com seu trabalho, espírito magnânimo e empreendedor não só a localidade que adotou para domicílio definitivo como toda a região sul de Goiás.

Antonio Canêdo nasceu na Fazenda "João de Deus", no Município de Bonfim, dedicou-se à agricultura, à pecuária e à exportação de fumo, voltando-se também para o comércio, exercido no Rio de Janeiro. Canêdo participou da vida pública como subdelegado de polícia. Foi, segundo o escritor José Lobo, em *Goianos Ilustres*, um dos chefes de maior projeção do Partido Conservador, deputado em várias legislaturas, tendo sido também o senador mais votado em Goiás, depois da proclamação da República.

Sua casa era o ponto de convergência de políticos, membros do clero, gente do povo ou simples viajantes. Após sua morte, a Casa continuou acolhedora, tendo à frente sua mulher e em seguida a filha, Maria Luiza Canêdo, que, como seus pais, continuou a hospedar gente que ia a Bela Vista para batizados, casamentos, etc.

Segundo o parecer técnico da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN/*pró*Memória sobre o valor arquitetônico da Casa do Senador Canêdo, a construção é um exemplar bastante característico da arquitetura residencial de Goiás, que contrasta com outras construções do período pela simplicidade e mesmo austeridade, devido à ausência de ornatos e detalhes nas fachadas ou quaisquer refinamentos internos. Para a ocupação do imóvel, após seu tombamento, existe um projeto que objetiva ali sediar a Fundação Casa do Senador Canêdo.

Julho/Agosto de 1985

SPHAN 37

*pró*Memória

CONSELHO CONSULTIVO

Exportação de Obras

"O Divã", de Henri de Toulouse-Lautrec, "Retrato da Princesa Bibesco", de Edouard Vuillard, e "A Amazona" (retrato de Marie Lefreve), de Edouard Manet, foram as obras do Museu de Arte de São Paulo solicitadas a participar da Exposição "Modern Paris Retrospected — From Impressionism to the Fin de Siècle", organizada pelo jornal japonês *Shimbun*, nas cidades de Tóquio, Hiroshima e Kobe, no período de setembro de 1985 a fevereiro de 1986. Ainda do MASP foram escalados os quadros: "O Escolar" e "L'Arlesienne: Madame Ginoux", de Van Gogh, para fazerem parte da exposição dedicada ao pintor, organizada pelo National Museum of Western Art de Tóquio e o jornal *Shimbun* e que deverá ser apresentada em Tóquio e Nagoya, de outubro de 1985 a fevereiro de 1986.

Para a exposição "Pintura Panamericana entre 1915 e 1945", organizada pelo Museu de Arte Contemporânea de Caracas, Venezuela, receberam autorização para sair do Brasil "A Boba", de Anita Malfatti, e "E.F.C.B.", de Tarsila do Amaral — obras pertencentes ao acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

Na opinião do relator dos processos citados, Alcídio Mafra de Souza, que apresentou parecer favorável à saída das obras, "em ocasiões anteriores temo-nos manifestado favoravelmente a pleitos semelhantes, pela oportunidade que se apresenta a instituições culturais de nosso país de mostrar, no exterior, obras de arte de seu acervo". Segundo o Conselheiro, o exame dos processos mostrou estarem os mesmos bem instrumentados no que se refere às solicitações das instituições promotoras dos eventos, especialmente em relação aos seguros contra todos os riscos e transporte das obras.

Aos Museus de Etnografia de Genebra e Nacional de História de Paris foi também autorizada pelo Conselho Consultivo a exportação de vários acervos de arte plumária de museus brasileiros, para uma exposição que mostrará trabalhos produzidos por grupos indígenas do território brasileiro, a ser realizada primeiro em Genebra e em seguida em Paris.

O relator desse processo, Conselheiro Gilberto Velho, definiu a importância de se aceitar tal compromisso: "a arte plumária de diversos grupos indígenas brasileiros é uma das mais ricas manifestações de criatividade de suas culturas." E ressaltou: "É absolutamente imprescindível que haja uma fiscalização atenta da coleção durante todo o período de sua ausência." Mesmo confiando na seriedade das instituições solicitantes, o Conselheiro fez questão de observar a fragilidade do material, lembrando ainda que algumas das melhores peças de arte plumária brasileira encontram-se em museus europeus.

Outras Decisões

O processo que trata da rerratificação de tombamento da Rua Armando Martins, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo corrigir a omissão de inclusão de quatro pequenas propriedades localizadas naquela rua, integrantes do conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Este fato ocorreu porque os órgãos encarregados de proceder à delimitação da grande área tombada de Petrópolis, que inclui também a Praça Rui Barbosa, a Rua Monsenhor Bacelar, a Rua Barão do Amazonas e a Avenida Koeller, pensaram que a Rua Armando Martins era o prolongamento da Rua do Encanto, já que não constava dos mapas da cidade, o que se pode perceber agora, com as novas plantas levantadas pela SPHAN. É conveniente citar que as quatro propriedades estão ao lado e nos fundos da pequenina casa de Santos Dumont e fazem parte do todo.

A ausência da denominação da Rua Armando Martins na inscrição do tombamento do conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis foi explicada pela Assessoria Jurídica da SPHAN/*pró*Memória como um erro acidental, perfeitamente contornável.

Outro assunto tratado pelo Conselho Consultivo do PHAN na reunião de 13 de agosto foi a regulamentação de entorno dos monumentos tombados no Jardim Botânico (RJ), consistindo em revisão e alteração da Portaria n.º 12, de 01 de março de 1978. Segundo parecer da Assessoria Jurídica da SPHAN/*pró*Memória, a alteração da Portaria já vem, há algum tempo, sen-

CONSELHO CONSULTIVO

do objeto de reestudos técnicos pela SPHAN, no sentido de aprimoramento de seus dispositivos. Este aprimoramento, segundo a Assessoria Jurídica, se faz necessário não só em função da própria dinâmica da preservação de bens culturais, que deve, permanentemente, buscar formas e fórmulas mais adequadas à proteção desses bens, como também devido às contínuas modificações e acomodações ínsitas ao crescimento das cidades, que alteram, constantemente, as circunstâncias e a conjuntura da preservação de bens culturais urbanos.

Foi preparado um novo texto para substituir o da Portaria anterior, no sentido de definir a altura máxima permitida aos prédios nas áreas de vizinhanças do Jardim Botânico e Horto Florestal, do Parque Lage, do Parque Nacional da Tijuca e florestas, de proteção da cota acima dos 100 metros, e da rocha do Corcovado, bens inscritos nos livros do Tombo.

"É um estudo paciente e bem feito o da regulamentação do entorno dos monumentos tombados naquelas imediações. Tudo feito para firmar claramente os conceitos da proteção ambiental de toda esta área que vem sendo cada vez mais atacada por incorporadores de imóveis com projetos que não se coadunam com a integridade dos referidos monumentos." As palavras são do Conselheiro Gilberto Ferrez e fazem parte do seu parecer, como relator desse processo.

O novo texto aprovado diz, entre outras coisas, que há de se considerar a conveniência de serem fixadas normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem aqueles bens tombados.

A averbação à inscrição nos livros de Tombo, da SPHAN, dos acessórios que compõem os edifícios religiosos tombados é assunto que vem preocupando a Secretaria há algum tempo. Diante disso, a Assessoria Jurídica preparou uma proposta analisada e aprovada pelo Conselho Consultivo, com base no fato de que a partir de pesquisas realizadas no Arquivo Geral da SPHAN constatou-se que diversas inscrições de edificações religiosas tombadas, em relação às quais necessariamente se incluem os seus acervos, foram feitas, algumas vezes, de forma lacônica, nos livros de Tombo pertinentes e outras não possuem qualquer referência a respeito dos acessórios submetidos à mesma medida protetora.

"Em decorrência desses fatos, o serviço de expedição de certidões vem-se defrontando, a cada dia, com diversas situações graves, sempre que proprietários ou interessados requerem certidões a fim de esclarecer o objeto e o conteúdo que exatamente se encontram tombados. Nessas certidões o Arquivo SPHAN não tem podido dispor expressamente das alfaias, arcazes, altares, imagens, quadros, bem como dos móveis diversos que integram o tombamento, senão de maneira implícita, já que é obrigado a transcrever *ipsis litteris* o teor contido nos respectivos registros, o que pode ensejar, em alguns casos, posteriormente à informação prestada, dúvidas quanto à inclusão destes objetos no tombamento dos bens imóveis, tais como: igrejas, capelas, conventos, mosteiros e suas respectivas dependências", diz o parecer da Assessoria Jurídica.

Essa preocupação vem crescendo à medida que se intensificam casos concretos, servindo como exemplo recente o ocorrido no Rio de Janeiro, na Igreja de São Francisco de Paula, tombada em 1938, quando, em decorrência de débitos contraídos pela Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, resolveram leiloar parte do valioso acervo. Graças à sustação do pregão, por parte da SPHAN, foi possível evitar a dispersão deste acervo singular.

Face às razões conflitantes, solicitou-se a apreciação do caso pelo Conselho Consultivo, no sentido de autorizar, genericamente, o Arquivo SPHAN a proceder, nos respectivos livros de Tombo, à averbação dos acervos dos monumentos tombados, toda vez que as suas inscrições se acharem incompletas, com o intuito de prevenir problemas futuros.

Na opinião do Conselheiro Américo Jacobina Lacombe, relator do processo citado, "o tombamento de um bem religioso de valor histórico ou artístico deve implicar necessariamente o dos seus acessórios, sem os quais os templos ou capelas não podem ter função ativa."

Na reunião do Conselho Consultivo do dia 13 de agosto, mais dois assuntos foram levantados: um foi a decisão de que as alegações feitas pelo impugnante, no sentido de anular o tombamento do Parque Guinle (SPHAN 34, p. 37), são improcedentes, por não corresponderem aos princípios e objetivos da legislação que rege o tombamento em nível federal. O outro foi uma homenagem póstuma ao Casarão de Madeira, monumento situado na Avenida dos Imigrantes, 307, em Antônio Prado (RS), foi demolido pela prefeitura local quando se encontrava em pleno processo de tombamento, nas palavras do Conselheiro Alcídio Mafra de Souza: "É de lamentar-se, profundamente, o ocorrido na sede do Município de Antônio Prado, onde o eventual detentor do poder decisório, que deveria constituir-se em principal guardião do patrimônio artístico e histórico herdado de seus antepassados, toma, ele próprio, a iniciativa de eliminar um dos derradeiros vestígios dos fundamentos da identidade cultural do Estado do Rio Grande do Sul, elemento fundamental da personalidade de todo um povo, qual seja, a contribuição da imigração italiana no Sul do nosso país", conclui o Conselheiro.

SPHAN 37
próMemória

Forte do Príncipe da Beira: Portugal entrega plano de reabilitação

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, em agosto, a Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, entregou, através do Arquiteto Alfredo Vianna de Lima, ao Presidente José Sarney, o *Relatório da Missão ao Forte do Príncipe da Beira — análise e sugestões para a sua reabilitação*, resultante do Termo de Compromisso firmado, em abril de 1983, entre o então Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Exército e o Governo do Estado de Rondônia (SPHAN n.º 23, p. 5 e 6).

O Relatório foi elaborado pelo Arquiteto Vianna de Lima, após visita técnica que realizou em julho de 1983 ao Forte com a finalidade de estudar e propor medidas de preservação e de revitalização do monumento (SPHAN n.º 25, p. 15 e 16).

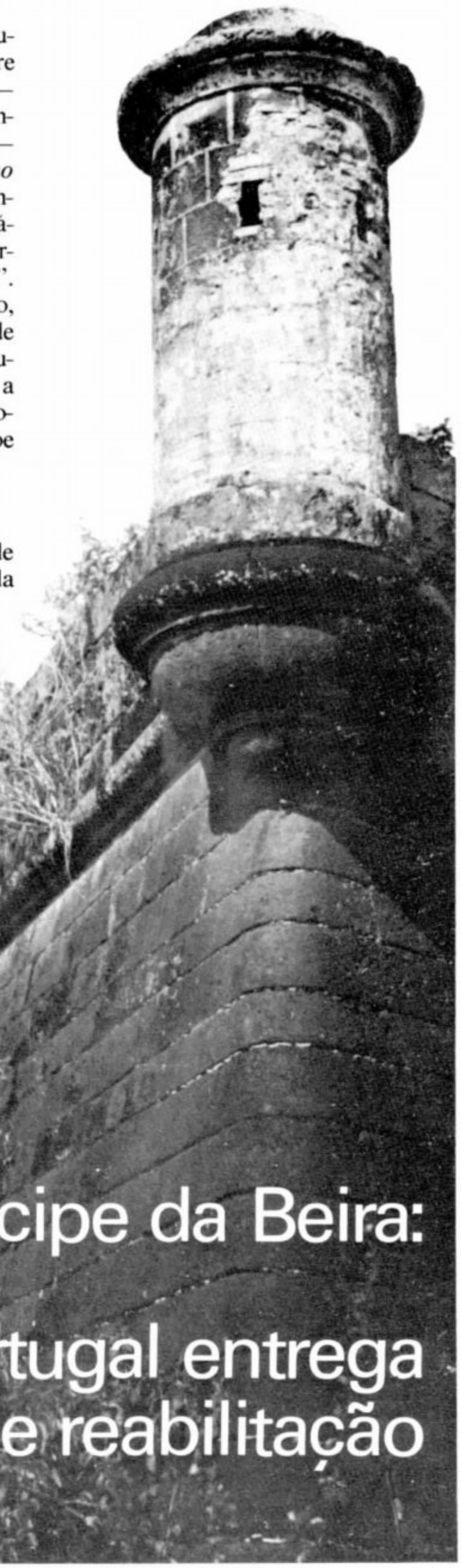
No entender do Arquiteto, o Termo de Compromisso, visando à elaboração do projeto de consolidação, restauração e utilização do Forte do Príncipe da Beira, "representa bem a compreensão de quanto significam os valores histórico-culturais de uma Nação".

Para Vianna de Lima, o Forte "condensa elevada importância patrimonial, no triplo aspecto histórico, estético e cultural, a que se alia inegável interesse no domínio da arte de bem construir fortalezas". Destaca, ainda, os reflexos positivos que a revitalização do Príncipe da Beira proporcionará ao contexto sócio-econômico da povoação de Costa Marques e da região em que se insere.

Em seu Relatório, o Arquiteto sugere a utilização da via fluvial entre Guajará-Mirim e Costa Marques — "essencial enquanto motor de desenvolvimento econômico da região" — para o estabelecimento de um *Turismo Cultural*, proporcionando aos visitantes o conhecimento das "extraordinárias riquezas paisagísticas que as margens do curso d'água encerram (. . .)". Para que esse objetivo seja alcançado, considera fundamental a revisão de todo o equipamento que assegura atualmente as ligações por essa via e a construção de instalações fluviais e hoteleiras na zona do Forte do Príncipe da Beira.

A proposta

No desenvolvimento do plano de reabilitação do Forte do Príncipe da Beira, Vianna de Lima levou em consideração o que chama de fatores primordiais: "a valorização do monu-



Arquivo SPHAN

mento e a conveniência de melhor integração nos espaços envolventes, provocando um *diálogo* mais rico entre o Forte e toda a paisagem circundante".

"Outros aspectos foram complementar a preocupação da solução: a localização de uma estalagem, um monumento-memória, parques de estacionamento e percursos adequados, além de pequenos portos fluviais", diz o Arquiteto em sua proposta. É parte integrante do plano a valorização do antigo forno de cal e de olaria, do local onde está inserido e do paiol que se encontra embrenhado na mata das cercanias do Forte.

No que diz respeito às instalações exteriores da Praça Militar, Vianna de Lima propõe a mudança de localização da pequena igreja e de outros equipamentos (enfermaria, rancho, padaria e cooperativa). "A situação resultante dessa alteração, beneficiando o monumento" — justifica — "enquadra-se na organização urbana do aglomerado do Príncipe da Beira, e julga-se que, dada a índole da intervenção, ter-se-á beneficiado o conjunto na organização geral dos espaços".

A estrada entre a povoação de Costa Marques e o local do Forte terá que ser reestruturada, no entender do Arquiteto, "pois de tal fato se retirarão grandes benefícios no processo de desenvolvimento econômico e social de ambos os aglomerados".

Também o acesso fluvial "deverá ter profunda incidência na captação de um afluxo turístico qualificado, para além das naturais conseqüências positivas que trará para a melhoria das condições de vida dos habitantes dessa área". Vianna de Lima propõe a recuperação dos pequenos portos fluviais existentes, "com vistas a melhorar o intercâmbio comercial e cultural entre Guajará-Mirim, Príncipe da Beira e Costa Marques". O plano prevê, ainda, a construção de um porto fluvial nas proximidades da estalagem, para pesca e lazer — "potencialidades que um rio da importância do Guaporé encerra".

O plano cita a estrada de ferro Madeira-Mamoré, reabilitada parcialmente (SPHAN n.º 12, p. 1 a 6), como passível de utilização. "Pode e deve contar-se com a presença viva dessa parte da história da região, ajudando a reativar a linha férrea pelo afluxo turístico de específicas exigências com que é justo contar num próximo futuro. Além do mais, tem-se em conta o Museu Ferroviário de Porto Velho e bem assim a disponibilidade do belíssimo material ferroviário em funcionamento, que é suscetível de ser recuperado."



Arquivo SPHAN



Arquivo SPHAN



Arquivo SPHAN

"Prolongando-se desse modo a extensão dos motivos de interesse da região, ficarão ligadas várias povoações e cidades, no conjunto, complementando-se entre si na oferta de motivos justificativos de um qualificado roteiro cultural", acrescenta.

Vianna de Lima sugere, também, a utilização do avião conjugada aos diferentes meios de transporte na região — estrada, vias fluvial e férrea. Para tanto, cita as instalações aeronáuticas de Porto Velho e os aeródromos existentes em Costa Marques e Príncipe da Beira, "suscetíveis de serem reajustados a novas circunstâncias de utilização".

O plano não descuida dos aspectos arqueológicos da intervenção, considerando indispensável a participação de especialistas com o objetivo de impedir a perda de vestígios ou documentos eventualmente encontrados no decorrer dos trabalhos.

O monumento-memória proposto por Vianna de Lima "parte de uma idéia de escala que se afigura propícia a um *diálogo* com o Forte, num relacionamento espacial que ajuda a definir e tratar, de forma apropriada, toda a envolvência da grande obra militar, incluindo a disposição de vias e percursos". Do ponto de vista estético e construtivo, o monumento-memória deverá encerrar, no entender do Arquiteto, "uma linguagem expressiva e forte, marcadamente da nossa época (...)". Do monumento emergiria "o preito de gratidão por tudo quanto representou, e representa ainda, para os dois povos irmãos, a vontade indômita de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres". (SPHAN n.º 23, p. 5 e 6 e n.º 25, p. 15 e 16).

O Relatório traz indicações detalhadas, através de plantas, desenhos e fotografias, das obras de engenharia e arquitetura que poderão ser executadas em benefício do Forte, "com o desejo de se obterem as melhores condições para que o impacto de uma vivência projetada entre volumes existentes, ruínas, espaços abertos e perspectivas restritas, a que se adiciona uma intervenção atual, possa resultar numa magnífica sinfonia perpassada pelo odor que emana do mundo maravilhoso que envolve o Forte do Príncipe da Beira."



Arquivo SPHAN

Olinda, sua história e seus monumentos

Autor: Lampião

Já localizado o autor do texto "Olinda, sua história e seus monumentos", Ciro Toscano de Melo Vaz, que usou o pseudônimo de Lampião. O Boletim SPHAN publica, na íntegra, seu trabalho, vencedor do concurso de monografias sobre Olinda (PE), São Miguel das Missões (RS) e Ouro Preto (MG), Patrimônios Culturais da Humanidade, promovido pela Fundação Nacional pró*Memória (SPHAN n.º 33, p. 39 e n.º 36, p. 25, 26, 27 e 28).*



Arquivo SPHAN

1 — Pequena história poética

A Cidade de Olinda, primeira capital de Pernambuco (1536-1827), foi reconhecida vila em 1537, cidade em 1676, sendo comarca em 1815, depois extinta e restaurada em 1862. Nestas duas últimas décadas esteve ameaçada de ser parcialmente destruída pelas ressacas que investem furiosamente contra suas praias; vários casarões da era colonial foram derrubados pelo furor das ondas.

Essas praias, decantadas por vários poetas em seus versos, pela sua extraordinária beleza, provocaram em Duarte Coelho, seu fundador, a célebre frase que deu nome ao local: "OH! LINDA SITUAÇÃO PARA UMA VILA". Isso aconteceu por volta de 1535, quando o donatário da Capitania, navegando pelo canal que chamou de Santa Cruz, penetrou o Rio Capibaribe e, no lugar onde hoje se encontra a Ponte Duarte Coelho, ancorou seu bergatim e subiu a um outeiro da região habitada pelos índios Caetés; dali divisou, então, o panorama que lhe provocou a célebre exclamação e que fez com que escolhesse esse lugar para a sede do governo. Sob sua notável administração, a vila fundada prosperou de tal forma que Olinda em breve se destacava das demais vilas brasileiras da época.

O progresso foi tal que chegou a despertar a cobiça dos estrangeiros, como os holandeses, que para lá se dirigiram em busca de riqueza, naquela ocasião representada pela cana-de-açúcar. O luxo de Olinda rivalizava com o das cidades européias.

A partir do século passado, entretanto, a prosperidade da nova capital do Estado, Recife, passou a ensombrar a histórica Olinda, separadas que estão apenas por 7 km de distância.

2 — Síntese estatístico-econômica

Hoje transformada no terceiro maior município do Estado de Pernambuco, em termos demográficos, Olinda é dotada de um clima tropical com uma média compensada de 25.9ºC, precipitação pluviométrica de 2.026mm e área de 29 km^2.

Pelos censos demográficos, Olinda tinha 62.435 habitantes em 1950, 195.471 habitantes em 1970 e 281.858 habitantes em 1980.

A economia repousa na indústria extrativa mineral e em pequenas indústrias de massas alimentícias, couros e peles. O comércio é pequeno devido à proximidade de Recife.

Sendo uma das mais antigas cidades do Norte do país, tornou-se centro de atividades culturais. Possui mais de 170 escolas primárias, 20 de ensino supletivo, secundário e industrial e uma escola de nível superior. Em Olinda se situa também a Escola de Aprendizes de Marinheiros, Ministério da Marinha.

A cidade é rica em monumentos históricos, muitos dos quais tombados pelo IPHAN, destacando-se o Mosteiro de São Bento, local da fundação dos cursos jurídicos.

3 — A expressividade turística dos monumentos

Olinda apresenta como atrações turísticas, além do Farol Novo, numerosas igrejas coloniais, o fortim que ficou célebre na história pela resistência que ofereceu durante a invasão holandesa, o obelisco comemorativo da passagem do planeta Vênus pelo Sol em 1882 e as ruínas do antigo Senado da Câmara, onde Bernardo Vieira de Melo lançou seu primeiro grito de República no Brasil, em 1710.

As datas de construção das velhas igrejas de Olinda se dividem entre os séculos XVI e XIX. A Igreja da Boa Hora foi erigida em 1807 à esquina da rua a que deu o nome com o beco que desce para a Fonte de São Pedro.

Do século XVIII data a Igreja do antigo Convento dos "Teresos". Em seu interior, além de painéis em azulejos, é notável a imagem de Nossa Senhora do Boi que, segundo a tradição, foi encontrada no lugar onde um boi escavou o chão durante um dia.

Igreja de São Sebastião — erguida no Varadouro, com cemitério ao lado, entre os anos de 1735 e 1773. A pequena igreja dedicada a São Sebastião acolhe muitos devotos, que lhe pagam promessas mesmo com carneiros e que acabam vivendo no templo, alimentados pelas mãos dos próprios fiéis.

Prefeitura Municipal — depois de ter servido de Palácio dos Capitães Generais, o prédio que hoje abriga a Academia Jurídica de Olinda, entre os anos de 1852 e 1854, quando foi transferida para o Recife "sob o protesto unânime dos olindenses".

Igreja Nossa Senhora do Monte — as irmãs beneditinas, a cuja Ordem as terras do Monte pertencem desde 1546, são eméritas não apenas na arte de restaurar velhas imagens, mas igualmente na fabricação de biscoitos bricelits, com receita de Petrópolis em máquina suíça.

Com suas igrejas e seu casario antigo, Olinda conserva, ainda hoje, muito dos "saborosamente regionais nomes de ruas de lugares velhos", como o dos Quatro Cantos e o lírico Beco das Cortesias.

Bica dos Quatro Cantos — sinônimo de progresso das vilas era a presença de bicas como a de São Pedro ou dos Quatro Cantos, que continua servindo às lavadeiras e também aos meninos que nela vão se banhar, em dias ensolarados.



Arquivo SPHAN

Mosteiro de S. Bento: Ático do Altar-mor e painel do forro



Arquivo SPHAN

Cadeia dos Clérigos. Atual Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco

Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe — erguida no ano de 1626 pelos "homens pardos de Olinda", é onde se realizavam os festejos em louvor a São Braz, com festas de pátio, bandeira do Santo e lapinha enfeitada, que é queimada no encerramento da festa, ao som de cânticos religiosos.

Do século XVIII data o prédio da velha Cadeia dos Clérigos, que hoje abriga o Museu de Arte Contemporânea. Além de uma exposição permanente, o Museu promove cursos, concursos e mostras temporárias, durante todo o ano.

Na Rua 13 de Maio fica localizada a Capela do Aljube, erguida no ano de 1806 para que nela fossem celebradas missas a que deviam assistir os recolhidos à Cadeia dos Clérigos, que fica na fronteira.

Também o Convento de Santo Antônio do Carmo foi um dos imensos mosteiros erguidos pelos portugueses no primeiro século da colonização. Ameaçando ruir já no século XIX, foi abandonado e teve sua fachada demolida em 1907, restando apenas a porta do vestíbulo e a igreja.

Foram poucas as edificações que resistiram ao incêndio ateado em 1631 na cidade de Olinda pelos holandeses, como este patriarcal sobrado de balcão sobre "cachorros de pedra", atualmente restaurado, situado à Praça da Matriz de São Pedro.

No antigo Pátio de São Pedro, hoje Praça João Alfredo, a Igreja da Matriz de São Pedro, o mártir, abrigava no solo de sua nave "os restos mortais da fidalguia da velha cidade", sob lajes de mármore de "esmerado trabalho artístico", com epitáfios e brasões em relevo, na expressão de velho cronista.

Das poucas que ainda conservam as características da antiga Olinda, a Rua do Amparo se constituiu, até meados do século XIX, em "um dos focos mais intensos da Vila Olindense", possuindo mesmo uma tipografia onde se produziam livros, folhetos e periódicos.

Em casarão que lembra a Olinda de 1749, e que foi residência de bispos, está localizado o Museu Regional, reunindo móveis, imagens, painéis, alfaias e velhos retratos.

A primeira igreja dedicada a Nossa Senhora do Amparo foi destruída pelo incêndio de Olinda, e, já ao tempo de El-Rei D. Henrique (1578-1580), não se sabia ao certo a data de sua construção. A atual igreja foi erguida em 1644 por "Mancebos Solteiros".

Das antigas construções de Olinda, o sobrado com Muxarabi, à Rua do Amparo, com seu abacoado apoiando-se em "cães de pedra e encostando às vergas superiores no telhado tosco e saliente", testemunha, em nossos dias, a influência mourisca no velho Brasil.

Os sinos da Torre do Amparo e Igreja de São João — que até 1630 anunciavam os nascimentos, aniversários reais, procissões, que dobravam a finados, que anunciavam a chegada de naus invasoras — foram arrancados de suas torres pelos hereges e mandados para a Holanda "a fim de serem refundidos em cachões".

A Igreja dos Milagres foi construída durante o século XVIII, na Praia do Carmo. Nela, até data recente, tinham lugar animadas festas de pátio, com novenário e missas que atraíam muitos devotos.

O Fortim de São Francisco recentemente restaurado, depois de quase um século de abandono, o "Baluarte de São Francisco — fortim-cidadela contra a fúria dos invasores", foi erguido pelo mestre-de-obra Cristóvão Alvares, entre 1623 e 1626.

A capela de São José era muito procurada pelos pescadores. A pequenina capela foi levantada no século XVIII e fica nas proximidades do Fortim de São Francisco, popularmente conhecido como "Forte do Queijo".

A primeira igreja da Misericórdia data de 1599, conservando-se na atual as Armas de Dom Sebastião, Rei de Portugal. Em seu púlpito, de rico entalhe, são vistas as Armas da Casa da Áustria, informando os peritos que a pintura de seu teto é a primitiva.

Quanto ao Observatório Astronômico e Passo da Paixão, Olinda é ainda hoje "uma cidade de procissões". A mais importante é a do Senhor dos Passos, que percorre os sete nichos conhecidos por "passos", como o que se localiza nas proximidades do velho Observatório Astronômico.

No primeiro Colégio dos Jesuítas, que serviu depois como seminário, lecionaram vultos notáveis como o Padre Antônio Vieira, no século XVII, e o Padre João Ribeiro, no século XIX. Em 1630 era um "dos edifícios mais nobres da cidade". Incendiado pelos holandeses, foi posteriormente restaurado.

Outrora Câmara do Senado de Olinda, depois Palácio Arquiepiscopal, o prédio que hoje abriga a rica arte religiosa de Pernambuco já existia quando à cidade chegou o primeiro bispo, em 1676, tendo sido reconstruído no século XIX.

Catedral da Sé de Olinda — a Igreja Paroquial do Salvador do Mundo — Sé de Olinda — tinha perdido seu aspecto original em face de sucessivas modificações. Recente restauração procurou devolver-lhe as primitivas formas, que os próprios holandeses haviam respeitado.

À direita da ladeira que conduz ao Mosteiro de São Bento, ergue-se o sobrado onde "habitou e faleceu João Fernandes Vieira — Restaurador de Pernambuco", ilhéu e rico senhor de engenho, que tanto se destacou na luta contra o invasor holandês.

Também destruído pelo incêndio de Olinda, o Mosteiro de São Bento foi reconstruído no século XVIII. No ano de 1827, nele foi instalado o Curso Jurídico de Olinda, fazendo do velho colégio, que, por suas riquezas, merece "ser visitado com vagar", "o esboço de uma universidade moderna".

Passos da Ribeira — partindo da Matriz de São Pedro para a Igreja de



Arquivo SPHAN

Catedral da Sé de Olinda

SPHAN 37
*pró*Memória

Nossa Senhora do Carmo, a procissão do Senhor dos Passos passa pelos sete nichos existentes na cidade: o de São Pedro, o da Rua do Bispo Coutinho, o do Pátio do Amparo, o de Quatro Cantos, o da Ribeira, o da Rua 27 de Janeiro e o do Carmo.

Desde princípios do século XIX era famoso o Recolhimento da Conceição, em Olinda, pelos seus "doces-de-freiras", vendidos na "roda" — engenho que consistia em uma tábua que girava com os doces e recolhia o dinheiro, sem que o comprador visse a religiosa. Perpetuando "a memória de Demócrito Souza (1802), construtor da dita capela", o Nicho da Conceição se localiza ao lado do velho Mercado, hoje Centro de Artesanato e onde outrora, em meio a outras mercadorias, consta que também eram vendidas "peças d'África".

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tudo indica, escapou ao incêndio de 1631, tendo sido nela que, "no primeiro domingo de outubro de 1645, Henrique Dias festejou com seus pretos a sua Padroeira". Junto a ela, desde os tempos coloniais, os negros executavam "suas danças de xangô e maracatus".

Dentre os velhos subterrâneos de Olinda, cuja construção não se sabe se foi obra dos padres ou dos holandeses, existe um que, partindo da igreja e passando junto da Bica do Rosário, conduz ao Colégio dos Jesuítas e à Igreja dos Franciscanos, através de túneis hoje obstruídos.



Arquivo SPHAN

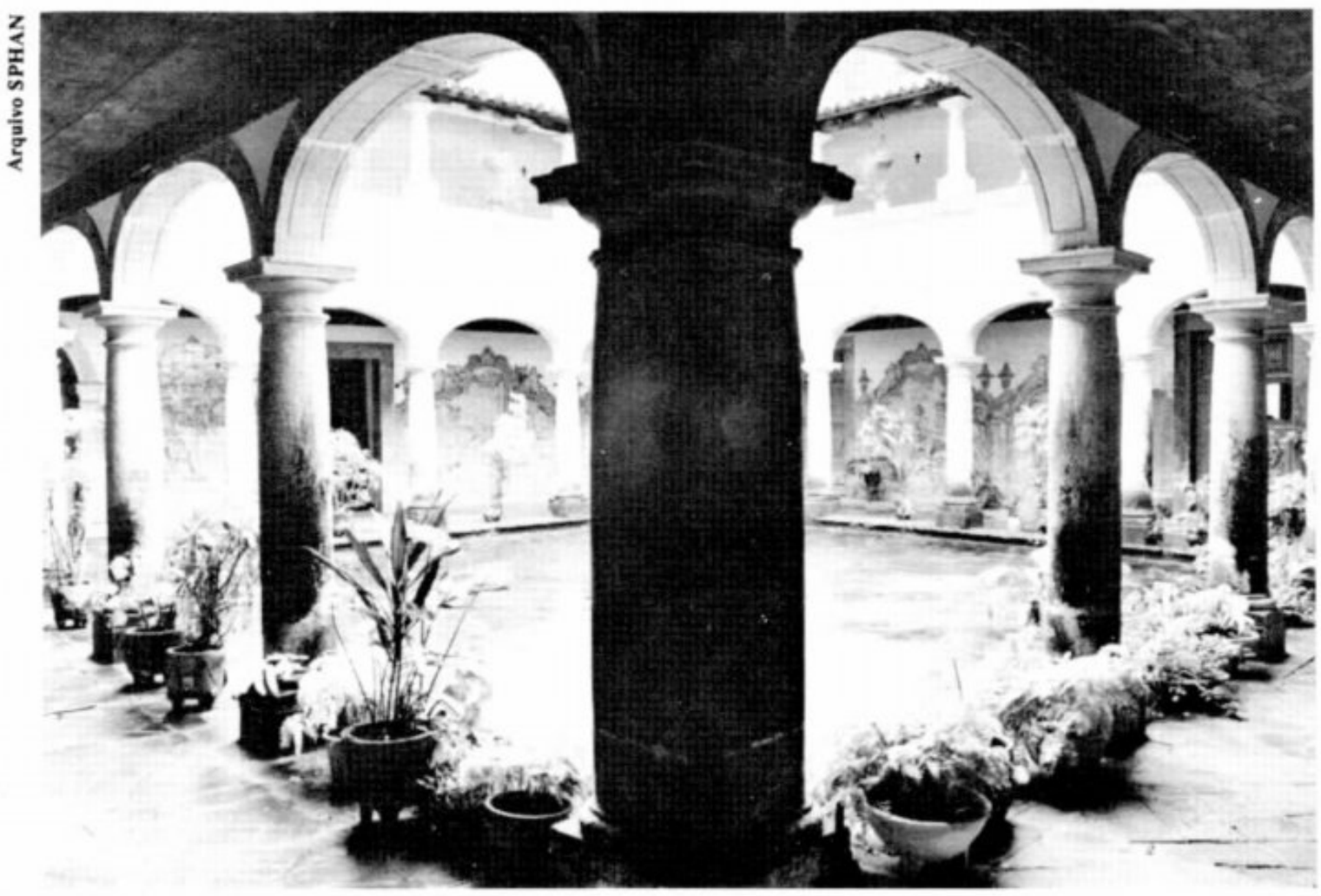
Convento de São Francisco

Na Igreja do Convento de São Francisco encontram-se painéis de azulejos considerados os mais belos de Olinda. Há também painéis, na portaria e no claustro, porém os mais raros, pela cor e pelo assunto profano, estão no corredor de sua famosa sacristia.

Fundado em 1585, o primitivo Convento de São Francisco foi destruído pelo incêndio de 1631, tendo sido reconstruído de 1715 a 1755. Do primeiro convento restaram apenas a cisterna, ruínas de algumas dependências, tanques e lavatórios.

"Uma das jóias mais preciosas e antigas de Olinda" é a sacristia do Convento de São Francisco, com suas incrivelmente lindas cômodas de jacarandá entalhado, seu teto pintado e seus painéis de azulejos, tudo, há alguns anos, sob o risco de destruição pela infiltração das águas do mar em seus alicerces.

Olinda, com seu casario sobrevivente há três séculos e suas igrejas seiscentistas, de talhas em ouro e painéis de azulejos, foi escolhida para projeto-piloto de uma experiência inédita no Brasil: a recuperação de todo um sítio histórico. O trabalho está sendo realizado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através da Fundação Nacional *pró*Memória, com o apoio do Banco Nacional da Habitação (BNH) e a cooperação da Prefeitura Municipal de Olinda. Quinhentas casas localizadas no sítio histórico de Olinda estão envolvidas no projeto, que prevê, na sua fase inicial, a aplicação de 250.000 UPCs (cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros), e representa a mais nova modalidade de financiamento de imóveis do BNH, desta vez, "não para construir o novo, mas para recuperar o antigo, com a participação da população", segundo a SPHAN.



Arquivo SPHAN

Pátio interno do Convento de São Francisco

Bibliografia
MIRADOR — *Enciclopédia.*
INTERIOR — *Revista Bimestral do Ministério do Interior*, ano X, n.º 56.
DELTA JÚNIOR — *Enciclopédia.*
MAIA, Tom — *Recife e Olinda* (por) Tom Maia, Gilberto Freyre e Tereza Regina de Camargo Maia. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo; Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

No topo do Outeiro, Igreja e Museu preservam devoção a N.S. da Glória



Arquivo SPHAN

A restauração da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro (RJ), embora tenha todas as características para ser considerada similar a tantas outras realizadas pela SPHAN/Fundação Nacional *pró*Memória, através de sua 6.ª Diretoria Regional, possui um significado muito especial. Solicitada pela Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro e executada mediante prestação de serviços, o projeto vem se constituindo em um marco na colocação em prática da cada vez mais crescente conscientização da importância e necessidade de preservar.

Mas a lição de pioneirismo dada pela centenária Imperial Irmandade e que encontrou total respaldo junto à SPHAN/*pró*Memória não parou por aí. Paralelamente à restauração da Igreja, a Irmandade buscou subsídios junto ao Programa Nacional de Museus da FNPM e revitalizou totalmente o seu eclético e rico museu, demonstrando também preocupação com sua própria memória.

As obras

A restauração da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro é a primeira experiência realizada pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, através do sistema de prestação de serviços. Conforme explica José Aguilera, Coordenador de Obras da DR, e que vem acompanhando passo a passo os serviços, "a diferença entre este trabalho e os outros, já realizados ou que vêm sendo executados pela instituição, é que nós não estamos restaurando um monumento público ou de propriedade da Fundação Nacional *pró*Memória. A igreja pertence à Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro e nós estamos sendo pagos para prestar serviços".

Segundo Aguilera, o sistema implantado funciona da seguinte forma: a Irmandade compra o material e a *pró*Memória fornece a mão-de-obra. Sobre os custos da mão-de-obra é acrescida uma taxa — percentual de administração — que, "na verdade, não cobre os custos reais mas, se levarmos em consideração que o maior lucro para a *pró*Memória está na manutenção e conservação do monumento, pode-se afirmar, seguramente, que a medida é extremamente válida", reflete o Arquiteto.

A solicitação para a restauração da Igreja da Glória partiu da própria Irmandade, e o seu futuro provedor, Francisco Massá Filho, que brevemente substituirá o atual, Mário Ribei-

ro Viégas, não hesita em afirmar: "a importância dos trabalhos que vêm sendo realizados é bastante grande pelo que representa em termos de recuperação de um patrimônio artístico singular, como é a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. E a escolha da SPHAN/*pró*Memória para sua execução está diretamente ligada à plena garantia de segurança, na indicação dos métodos e técnicas que vêm sendo empregados."

Na obra, já atuaram aproximadamente 20 operários, quase todos remanescentes da obra do Paço Imperial, que se traduziu em grande escola para a formação de especialistas em restauração (SPHAN n.º 34, p. 5). E caso os serviços estivessem sendo executados por uma firma particular, seus custos seriam bem mais elevados. "Do ponto de vista financeiro, as obras estão saindo, para a Irmandade, por 25% do preço que sairiam caso ela tivesse contratado os serviços de uma empreiteira", garante Aguilera.

Nessa primeira fase — em execução — estão previstos a remoção da pintura dos altares e púlpitos, que destoavam do estilo original, bem como o seu enceramento; a substituição do assoalho da nave e dos painéis do consistório, que se encontravam sob ação de cupins; a restauração dos púlpitos; e a construção, no pátio, de balcões de concreto, especialmente projetados para acondicionar, com segurança, velas acesas por fiéis. Visando minimizar os custos das tarefas, principalmente as ligadas à carpintaria e marcenaria, até o beneficiamento da madeira vem sendo realizado na marcenaria do Núcleo de Obras, provisoriamente instalado na Fazenda do Colubandê, em São Gonçalo (RJ) (SPHAN n.º 32, p. 19).

Para a segunda fase das obras, na qual a SPHAN/*pró*Memória possivelmente atuará apenas em nível de consultoria e supervisão, estão previstas a restauração dos azulejos decorados da sacristia e a substituição da iluminação externa do monumento — tarefas que, como de praxe, buscarão aliar funcionalidade e fidelidade ao aspecto original.

Iniciada no princípio deste bimestre, a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro ainda não tem prazo previsto para encerramento, fator decorrente do único empecilho que vem sendo enfrentado durante a sua execução: "lamentavelmente a realização dos trabalhos se dá apenas nos horários vagos da Igreja, nos quais não haja cerimônias e funções religiosas, que não vêm sendo interrompidas" — conclui José Aguilera.

O monumento

O culto a Nossa Senhora da Glória do Outeiro data de 1608, e teve início com a colocação, por um certo Ayres, de uma pequena imagem, no interior de uma gruta que existia onde hoje se encontra o templo.

Em 1671, Antônio Caminha erigiu no local a primeira capelinha mas, somente 68 anos depois, foi canonicamente fundada a Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Apenas no final do ano de 1781 deu-se início à construção do novo templo onde, até hoje, se guarda a primitiva imagem da santa.

Foi, provavelmente, autor do excepcional projeto do monumento — formado por dois prismas octogonais entrelaçados, tendo à frente a torre



Foto Arquivo SPHAN



Azulejos decorados

Litografia de Sisson
Fotos Arquivo SPHAN



sineira, quadrangular, e que encima o pórtico de entrada — o Tenente-Coronel José Cardoso Ramalho, responsável, também, pelo plano da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro, hoje inexistente.

Situada no centro de amplo terreno, no topo do Outeiro, e com acesso por duas escadas de cantaria, a Igreja de Nossa Senhora da Glória ainda domina a paisagem, possibilitando ao observador situado ao lado da torre única — central, severa e dominante — constatar o estilo e os detalhes das paredes da nave e do contorno da sacristia, dotados do dinamismo barroco produzido pela multiplicidade de fugas dos sucessivos planos, demarcados por esguias pilastras coroadas por altos e robustos pináculos, situados nos ângulos diedros das paredes. E as portadas — na principal sobressai um medalhão da Virgem — são de pedra portuguesa de Lioz, da segunda metade do século XVIII.

No interior, as pilastras, cimalhas e arcos duplos, de cantaria, além das abóbadas, produzem sensação de monumentalidade, reforçada pela existência de preciosas barras de azulejos historiados — anteriores a 1750 — que revestem a nave, dando-lhe colorido e graça. As talhas dos três altares são mais recentes, do final do século XVIII ou início do XIX, e, na sacristia, além de um belo arcaz — grande arca para a guarda de objetos religiosos — ostentando pinturas que representam Doutores da Igreja, encontram-se dois chafarizes de mármores policrômicos.

O Museu

O Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro teve sua origem com a mostra de documentos e objetos organizada por ocasião das solenidades do bicentenário da Irmandade, em 1939. Dois anos depois, a exposição passou a ser organizada no edifício Glória do Outeiro, situado à Praça Nossa Senhora da Glória, 135, nos fundos da Igreja.

Como as obras efetuadas na Igreja, a proposta para a revitalização do Museu também partiu da Irmandade e, tão logo uma solicitação nesse sentido, ainda em novembro de 1983, chegou ao conhecimento da Fundação Nacional *pró*Memória, foi a Museóloga Therezinha M. L. de Morais Sarmento, do Programa Nacional de Museus, designada para supervisionar o projeto a ser implantado.

O acervo e a revitalização

O Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro reflete a devoção por ela incentivada a sua padroeira, através dos tempos. O seu acervo, que detém cerca de 2000 peças, é composto não só por objetos usados na liturgia da Igreja Católica ou nas atividades da Irmandade, mas também por vários outros, sem qualquer cunho ou conotação religiosa, doados por fiéis em cumprimento a promessas feitas, geralmente em momentos de aflição.

São objetos de uso pessoal, de adorno, taças premiais, quadros, mobiliário, etc., como, por exemplo, um grampo para cabelo, doado por D. Pedro I; uma cartela de reposteiro, em bronze dourado, que pertenceu ao salão do trono do Paço Imperial da Boa Vista; um conjunto de cálice, pátena e colher, em prata dourada, doado por Dona Amélia de Leuchtenberg — segunda esposa de D. Pedro I — em cumprimento à promessa feita, entre outras milhares de peças de incalculável valor histórico e artístico.

Verdadeiras obras de arte preservadas ao longo dos anos pela Irmandade e que, segundo Therezinha Sarmento, "necessitavam, antes de mais nada, de imediato registro". Nesse sentido, foram elaboradas fichas adequadas ao tipo de acervo a ser cadastrado, bem como um modelo de folha para o livro de tombo a ser criado, "e no qual serão registrados, discriminadamente", explica a Museóloga, "todos os bens culturais, após serem cadastrados e fichados".

Dois fatores que acarretaram a maximização do tempo operacional despendido foram a falta de qualquer tratamento especializado dado às peças e a dispersão destas nas várias dependências que compõem o conjunto arquitetônico. Conforme afirma Therezinha Sarmento: "não se dispunha de informações sequer sobre a localização, procedência ou existência dos bens. Conseguimos arrolar os que encontramos no pavimento térreo do edifício Glória do Outeiro, no gabinete do Provedor, no primeiro andar, como também da Igreja. Só então iniciamos as fases de identificação, registro, veri-

SPHAN 37
*pró*Memória



Cartela de reposteiro, em bronze

Fotos Mário Sérgio Ventura



Tinteiro Escrivaninha, em prata



Vestes de cavaleiro, com espada da Ordem do Santo Sepulcro

ficação do estado de conservação, fichamento e catalogação."

No desenvolvimento dessas medidas visando ao perfeito alcance dos objetivos propostos pelo projeto de revitalização, mereceu ainda especial atenção, segundo a Museóloga, a busca de dados históricos e técnicos sobre os objetos catalogados, que enriqueceriam e complementariam as fichas com o maior número possível de informações.

Quase todos os objetos a serem expostos passaram por restaurações — serviços executados por Marilka Mendes, na parte de imaginária e óleo sobre tela ou madeira, e por Antônio Grosso, na de gravuras. Sempre que cabível, os objetos foram acoplados a suportes de acrílico projetados especialmente para esse fim. Diante da inexistência de recursos humanos para a execução das demais tarefas, foram vinculados ao projeto dois estagiários em museologia, que tiveram seus serviços também contratados pela Irmandade.

Mas de nada adiantaria restaurar, catalogar e valorizar o acervo para expô-lo em condições precárias. Partindo desse princípio, as dependências destinadas à exposição, no edifício Glória do Outeiro, foram totalmente remodeladas e adaptadas, dentro dos limites físicos possíveis, objetivando dotar o museu de condições que possibilitassem uma exposição e uma preservação condizentes com o valor histórico, artístico e intrínseco das obras.

"Por esse motivo" — conta Therezinha Sarmento — "solicitei o aumento do espaço físico destinado à exposição permanente e a reformulação do seu aspecto, observando, prioritariamente, condições de segurança contra roubo, incêndio e depredações." Foi considerada indispensável, também, a confecção de novas vitrinas, "que apresentassem o acervo museológico condignamente, dentro de parâmetros atualizados e estéticos", completa.

Embora não tenha sido possível aumentar o espaço físico das salas de exposição, de modo que as necessidades fossem realmente atendidas, conseguiu-se o máximo dentro das limitações impostas pela inexistência de maior área de terreno, e até um pequeno espaço do conjunto sofreu adaptações necessárias à sua utilização como reserva técnica.

"A sala maior de exposição" — continua a Museóloga — "cuja clarabóia era subdividida por vidros retangulares martelados, recebeu cúpula em gesso, destinada a eliminar a deformada visão anterior, dando aspecto mais agradável ao recinto e teve suas paredes e teto — este depois de nivelado — pintados na mesma cor."

Todavia, problemas decorrentes da construção do edifício levaram à proposição de uma solução diferente para o remodelamento da sala menor: "canos de diversos tamanhos e espessuras, existentes no teto, foram pintados de preto, assim como o próprio teto, e encobertos por uma colméia, em fórmica castor, para impedir sua visibilidade, o que deu ao recinto um acabamento adequado ao acervo nele exposto", conclui Therezinha Sarmento.

Além disso, as salas têm agora som ambiente — música sacra e clássica — tendo sido instaladas no teto luminárias, acopladas a trilhos eletrificados, que possibilitam o direcionamento dos focos de luz para os objetos expostos. Como medida de segurança, todas as peças foram ligadas a um sistema de alarme, acionável a qualquer leve toque, e protegidas pela presença de desumidificadores e ar condicionado central.

O Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, que, por suas atuais características, pode ser considerado um museu-piloto no Rio de Janeiro, foi reaberto ao público no dia 13 de agosto. Encontra-se em funcionamento de terça a sexta-feira, das 12:00 às 16:00 horas, e aos sábados e domingos, das 9:00 às 11:00 horas.



Foto Arquivo SPHAN

Mindinha sempre inspirando Villa-Lobos. Desta vez em Nova York

Arminda Villa-Lobos (1912-1985)

O Boletim SPHAN/*pró*Memória registra o falecimento de Arminda Villa-Lobos, ocorrido no dia 5 de agosto, no Rio de Janeiro.

Diplomada pela Escola de Música da UFRJ, na classe da professora Paulina d'Ambrosio, em 1929, Mindinha — como era carinhosamente chamada — tornou-se assistente do maestro Villa-Lobos, a partir de 1932, colaborando na obra educacional de ensino de canto orfeônico, implantada por ele nas escolas do Rio de Janeiro e que deu origem, em 1942, ao Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do MEC.

Como esposa de Heitor Villa-Lobos, foi inspiradora de obras imortais — várias bachianas, prelúdios e estudos para violão, vários quartetos de cordas e obras de câmara e sinfônica — e tornou-se sua dinâmica assistente, acompanhando-o em várias viagens, para divulgação de sua obra, à Europa, Estados Unidos, Japão, Índia, etc.

O maior trabalho de Mindinha Villa-Lobos, entretanto, foi a criação, em 1960, do Museu Villa-Lobos e sua manutenção como uma casa com atuação voltada para a promoção de festivais anuais, concursos internacionais instrumentais, corais e sinfônicos. Com isso, Mindinha obteve não só a divulgação da obra de Villa-Lobos, como também das obras de compositores da linha de Francisco Mignone, Lorenzo Fernandez, Camargo Guarnieri, além de outros mais recentes.

Atuando como diretora do Museu Villa-Lobos, Arminda projetou internacionalmente a instituição, honrando de forma excepcional a arte musical brasileira, na figura de seu maior representante.

Concurso de cartaz

No entanto, um museu dinâmico e vivo, tal qual pretende continuar sendo o Museu Villa-Lobos, não pode parar. Desse modo, foi promovido, pelo terceiro ano consecutivo e em ação conjunta com o Departamento Geral de Cultura do Município do Rio de Janeiro, o *Concurso de Cartaz*, iniciativa englobando escolas da rede municipal de ensino e que visa incentivar a criatividade infantil, além de preparar o escolar para participar, no próximo ano, do centenário de Villa-Lobos.

Através de trabalho integrado — música e desenho — crianças e adolescentes ouviram músicas de Villa-Lobos e transpuseram, com total liberdade de criação, suas emoções para o papel. A exposição dos cartazes participantes, a ser inaugurada no dia 7 de outubro, quando serão premiados os vencedores do concurso, possibilitará uma visão global do projeto que objetivou, basicamente, a exploração do universo sensitivo da criança e a divulgação da obra de Villa-Lobos no âmbito escolar.

Numa atividade com co-participação do Departamento Geral de Cultura, o Museu Villa-Lobos realizará a exposição dos cartazes finalistas no saguão do teatro Odilo Costa Filho, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, durante a *I Mostra Estudantil de Artes da Cidade*, e promoverá, paralelamente, dois concertos nos quais serão executadas músicas de Villa-Lobos.

Novos rumos

Iniciativas desse tipo, cujo objetivo é divulgar de forma viva e eficaz o Museu e a obra de Villa-Lobos, vão totalmente de encontro à vontade da pianista e professora de música Sonia Maria d'Almeida Strutt, que está desde o dia 28 de agosto dirigindo o Museu Villa-Lobos.

Sobrinha de Dona Arminda e com a convicção de quem "nasceu nos braços de Villa-Lobos", Sonia Strutt pretende dar uma conotação muito mais musical do que museológica ao Museu. "Villa-Lobos é vida, e o seu museu não pode ser estático. Temos até mesmo a intenção de levar o canto orfeônico às escolas e de promover grandes concentrações orfeônicas, tal qual se realizava na época do compositor", afirma.

Com planos que vão desde a restauração, organização, microfilmagem e acondicionamento devido do rico acervo musical existente no Museu, até a realização, no próximo ano, de um concurso internacional de composição, Sonia reflete ao contemplar as instalações e o acervo do Museu: "Isso tudo aqui foi Mindinha quem fez. Ela era uma mulher extraordinária, e a nossa responsabilidade agora é ainda maior."

Minas Gerais

Seminário e Inauguração em Destaque na 7.ª DR

Um seminário sobre preservação de centros históricos, com objetivo de aprofundar e ampliar os estudos a respeito de critérios para a preservação das cidades antigas de Minas Gerais, e a inauguração da Sala Manoel da Costa Athaíde, do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), com uma exposição de pratarias dos séculos XVIII e XIX, foram as atividades que se destacaram, este bimestre, na área de atuação da 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória.

Os temas do seminário envolveram a história da arquitetura e do urbanismo, arqueologia urbana, poder/dever e relacionamento comunitário, incentivos fiscais, arquitetura nova em centros históricos e experiências realizadas em Olinda (PE) e Catas Altas do Mato Dentro (MG). A escolha da exposição Arte da Prata para a inauguração da Sala Manoel da Costa Athaíde se deveu ao fascínio e à histórica preferência revelada pelos brasileiros pela prata que, dentre os metais preciosos, sempre foi o mais utilizado na confecção de objetos sacros e profanos.

O seminário

Realizado de 12 a 16 de agosto, no auditório da Sociedade Mineira de Agricultura, em Belo Horizonte, o *I Ciclo de Debates sobre Intervenções em Núcleos Históricos* — como foi denominado o seminário — contou com a participação de vários técnicos do IEPHA/MG, objetivando um melhor entrosamento entre aquela entidade e a SPHAN/*pró*Memória.

O evento foi aberto pelo Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, para quem "a questão dos núcleos urbanos é hoje um dos maiores desafios na tarefa de proteção dos bens culturais do país". Segundo ele, depois de um longo período de valorização de bens isolados, é necessário pensar em cidade histórica como um todo, para melhor conhecer sua complexidade.

Na opinião da Diretora da 7.ª Regional, Coletta Vidigal, o seminário atendeu à necessidade de uma discussão conjunta entre os técnicos da DR e da sede da SPHAN, sobre as cidades históricas, em busca de soluções adequadas à conservação dos conjuntos urbanos e manutenção de sua vitalidade. Coletta explicou que "para o bom desempenho dos escritórios técnicos da SPHAN, localizados nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, São João del Rey e Tiradentes, é fundamental que sejam definidos critérios e perspectivas para a abordagem da questão urbana".

A realização do encontro confirmou, logo de início, uma das suas premissas: falta integração entre a Diretoria Nacional e as Diretorias Regionais, e os Escritórios Técnicos e as DRs. Concluiu-se também que o conhecimento do objeto de estudo continua, na maioria dos casos, limitado ao empirismo e ao pragmatismo, sendo, portanto, insuficiente. Além disso, foi evidenciada a necessidade de privilegiar o estudo, de parar e repensar e de, finalmente, elaborar os instrumentos conceituais e metodológicos que permitam a devida aproximação e intervenção no patrimônio histórico.

O seminário contou com a participação de técnicos de Minas Gerais, Pernambuco, Brasília e Rio de Janeiro, e as abordagens efetuadas se limitaram, em grande parte, a relatos de experiências vividas pelos técnicos, das quais foram tiradas algumas conclusões.

De modo geral, os técnicos se ressentem da falta de reciclagem conceitual e metodológica da prática cotidiana e sugerem que se deixe de privilegiar exclusivamente as obras e se passe a investir também no estudo e divulgação do conhecimento. Segundo eles, o bem histórico deve cessar de ser visto apenas como um monumento e a sua



CLIC Studio de Fotografia

Escrivaninha — ou tinteiro — do acervo do Museu da Inconfidência

Minas Gerais

- importância como documento deve ser prioritariamente considerada.

Ainda na opinião dos técnicos que participaram do evento, os critérios de preservação e intervenção em núcleos históricos devem estar voltados também para as necessidades cotidianas dos habitantes das cidades, compatibilizando-se as normas com as transformações e, desse modo, dando alternativas para a evolução local. Para os técnicos, o plano de preservação deve estar integrado ao de desenvolvimento urbano.

Ficou claro, também, ser necessária a promoção do intercâmbio de informações sobre patrimônio histórico entre órgãos municipais, estaduais e a SPHAN, objetivando criar alternativas de preservação para otimizar a implantação dos trabalhos. Nesse sentido, caberia ao Patrimônio conseguir a participação do município na feitura dos planos de preservação, incentivando a adoção dessas normas na legislação municipal.

Como não poderia deixar de ser, a comunidade não foi esquecida durante o seminário, sendo sua participação nas atividades de restauração reivindicada, com o objetivo de provocar maior interesse pelo patrimônio histórico. No entender dos técnicos, seria positiva, até mesmo, a utilização, nos tapumes das obras, de material cuja transparência permitisse o acompanhamento pela comunidade, além da montagem de painéis didáticos — quando a obra tiver caráter elucidativo — visando também a aproximação da comunidade com as atividades de preservação.

Entre as conclusões do *I Ciclo de Debates sobre Intervenções nos Sítios Históricos*, algumas, seja pelo caráter abrangente ou pela impossibilidade de discuti-las no encontro, deverão ser pautadas no seminário da SPHAN, programado para outubro.

No entanto, encontros similares ao de Belo Horizonte se repetirão. O próprio Secretário Ângelo Oswaldo acentuou que a realização de seminários pelas demais diretorias regionais é o melhor caminho para o fortalecimento das representações da SPHAN, no sentido da interiorização, não apenas das ações, mas das próprias decisões do Ministério da Cultura.

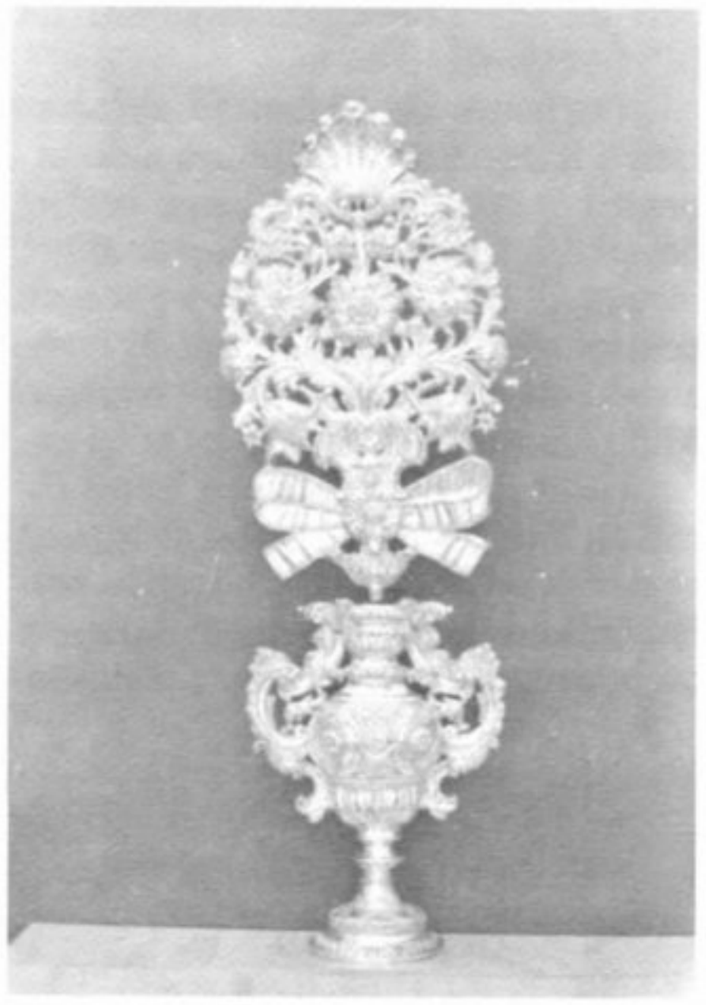
"Com a valorização de nossos recursos humanos, através da realização de seminários, estamos preparando a SPHAN para se tornar mais eficiente e competente em nível regional e mais descentralizada e cooperante em nível nacional" — garantiu Ângelo Oswaldo.



Detalhes da exposição



Lampadário do século XVIII



Palma do século XVIII

Fotos Arquivo Museu da Inconfidência

Sala Manoel da Costa Athaíde

O espaço utilizado para a implantação da Sala Manoel da Costa Athaíde é anexo ao Museu da Inconfidência e foi adaptado com mobiliário, iluminação e equipamentos, através de um projeto financiado pela Empresa de Alumínios ALCAN do Brasil S.A., dentro da atual política do Ministério da Cultura, que objetiva o envolvimento da comunidade e da iniciativa privada em seus programas e ações.

O Museu da Inconfidência — sede da Coordenadoria do Grupo de Museus e Casas Históricas — encabeça um conjunto de oito unidades espalhadas pelo Estado de Minas Gerais.

Julho/Agosto de 1985

SPHAN 37

*pró*Memória

Minas Gerais



Fotos Arquivo Museu da Inconfidência

Aparelho de chá e café do séc. XIX



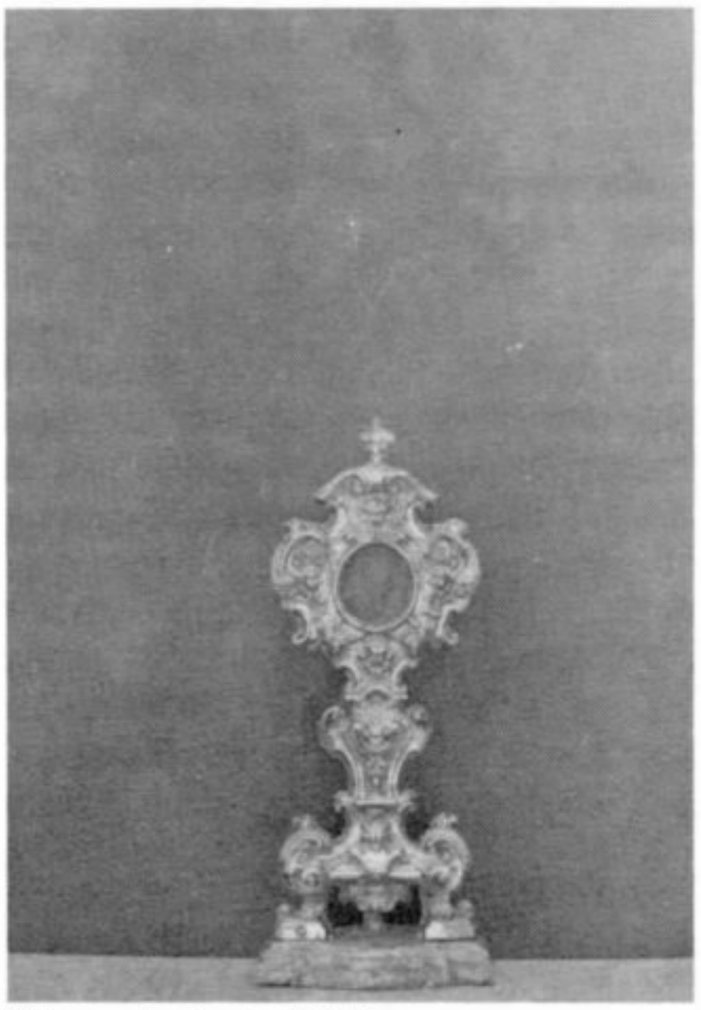
Ostensório: século XVIII

Sua história teve início em 1938, quando a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto começou a ser adaptada para museu, visando abrigar as cinzas dos inconfidentes e seus pertences. Sua inauguração se efetivou em 1944 e, a partir daí, seu acervo foi significativamente ampliado, compondo-se, hoje, de peças de valor artístico e histórico, testemunhas do esplendor da cultura mineira do Período Colonial.

Sonho da prata

No primeiro quartel do século XVIII, com a descoberta das minas, havia, no Brasil, grande quantidade de ouro. No entanto, o sonho continuava a ser a prata, e esta nunca faltou. Vinha das colônias espanholas, pelas vias oficiais, para se transformar em moeda, e contrabandeada pelos peruleiros — nome dado aos mercadores que desciam o Rio Amazonas, ou pelos "plateros" — que utilizavam o Rio da Prata.

Os primeiros artistas no Brasil a trabalharem a prata foram, na grande maioria, os portugueses, embora pudessem ser encontrados também artistas de outras nacionalidades, principalmente em Minas Gerais. Todavia, os prateiros brasileiros acabaram atingindo um alto nível técnico e artístico,



Palma do século XVIII

e, ao invés de copiarem servilmente as obras portuguesas, optaram pelo emprego de motivos ornamentais estilizados, evocando a fauna e a flora nacionais, com audácia de estilos e de proporções. Esse fato confere às peças de prataria brasileira, em geral, e mineira, em particular, uma característica própria, simples e ao mesmo tempo majestosa.

Aberta no dia 11 de agosto, com a presença de autoridades federais, estaduais, municipais e artistas, e com encerramento previsto para o dia 25, a exposição *Arte da Prata*, organizada com a utilização de extenso acervo temporariamente cedido por particulares, paróquias, museus e instituições do Estado, pode ser considerada um marco na história do Museu da Inconfidência.

Com a criação do novo espaço, a instituição dispõe, agora, de um local adequado à mostra de trabalhos de artistas ouro-pretanos, brasileiros e até estrangeiros; à realização de eventos em conjunto com a rede de ensino escolar e universidades; à apresentação de exposições temporárias, em intercâmbio com outros centros culturais; e ainda à realização de mostras de caráter didático, utilizando peças de seu próprio acervo.

Opinião

Motivos para um Congresso

(*) *Prof. Arq. Augusto Pereira Brandão*

I. Muitos países podem ser definidos como Países Fronteiras. Países que servem de limites entre culturas, ações de vida, tipos de existência. Um dos países que mais se identifica com esta definição é Portugal. Fim da Europa para o Ocidente, face a três quase continentes por fautorização histórica, Portugal é um fenômeno de dualismos sobrepostos. Por outro lado, ele tenta absorver o que o seu Continente — por geografia, por cultura base e por imposição histórica — produz e cria; por outro, ele, por iguais imposições geográficas, históricas e culturais, absorve o que o Mundo extra-europeu produz e cria. E mais: este último tipo de absorção passou, com o passar dos tempos, de um complemento vivencial da existência do português à sua própria definição.

Portugal e o português desligavam-se, pois, face a atributos supercontinentais, para, sem egoísmo, se magnificarem com as diversas alternativas culturais que lhes se apresentavam nos sucessivos contatos existenciais por eles tidos.

E o curioso é que quanto mais essa dispersão e massificação se dava, mais uma relação biunívoca surgia. Por um lado, os diversos processos de integração no meio ambiente histórico e cultural eram cada vez mais profundos; por outro lado, e por oposição a este, mais se identificava esse fenômeno com a vontade cultural em se manter e continuar a preservar algo que, em suma, já não se reconhecia e não se integrava no patrimônio consciente de Portugal.

Passou a existir uma supercultura vivenciada e reverenciada, sem atributos políticos e geográficos com o remoto país de origem, mas totalmente preenchida por vinculações cerebrais e culturais da mais alta retumbância na existência desses povos.

Pergunte-se a um indivíduo nascido em Malaca, em Tidone ou Macassar, indague-se junto a gentes de Kayoshima, Nagasaki ou Galle qual a sua identidade cultural e eles responderão que é a Portuguesa, sem contudo darem a esta palavra o significado de uma Pátria, localizada em algum lugar europeu.

Para eles, ser-se português é pertencer a uma superestrutura cultural de âmbito supernacional, ou melhor, sem vínculos nacionais, sem Pátria terrena; é, em suma, se usarmos a visão bíblica, pertencer ao 5.º Império — o Império da cultura pura. E dizemos Império da Cultura Pura, pois foi na realidade um Império deste tipo, sem Pátria primária, sem ligação terrena com uma Pátria de origem, que Portugal, ou melhor, os portugueses criaram.

Durante séculos, essa gente caminhou pelo Mundo.

Casou aqui, viveu acolá; manteve-se em três, quatro ou cinco locais. Percorreu mares, confundiu raças, misturou tons de pele; estabeleceu ambientes naturais novos, repovoou regiões, e andou, percorreu. . . andou e percorreu, como agente sem Pátria, aninhada a multidões, ou fazendo ela própria multidões.

Se o judeu é um povo que durante séculos procurou uma Pátria, usando com todo o custo, com vigor e orgulho, o português é, pelo contrário, aquele agente que, com Pátria terrena, sonha com uma Pátria irreal, transforma todo o Mundo em sua Pátria. Ele é o nômade por excelência, ou melhor, ele, desmatrializando-se, é um agente, uma forma de existência que em movimento contínuo, permanente, fez entrechocar povos, raças, países e culturas, desparecendo nelas, mas deixando neste deambular esse sonho em algo supercultural que identifica o seu movimentar contínuo com alguma coisa que lá muito no passado se mantém como identificação suprema. Identificação de quê? Identificação com o puro ato cultural do pensamento, ora religioso, ora artístico, ora lingüístico, ora musical, ora sociológico, nunca político, e muito menos terreno.

Podemos assim considerar que esta área da cultura pouco tem a ver com as áreas geográficas em que Portugal dominou. Mesmo essas, custe o que custar, são mínimas, comparativas com as áreas da ação cultural pura.

Vejamos, por exemplo, o Brasil. Portugal só dominou pontualmente a sua costa e quanto muito o rio S. Francisco, ou parte do Amazonas, ou um perímetro muito estreito de Minas Gerais. Todo o resto ultrapassa a ação de Portugal, para ser fomento do português, o que é o mesmo que dizer daquele que existenciado com o Brasil se funde nele, e sai brasileiro. Saindo brasileiro, forma o Brasil e a partir daí retorna a Portugal, transformando Portugal, estabelece-se novamente pelas Áfricas e Ásias, de onde nunca tinha acabado de vir.

Vejamos, por exemplo, através de uma família, como este choque contínuo é um fato histórico na dos Coelhos. Pêro Coelho, nascido em Portugal, emigrado para Ásia e Brasil; Nicolau Coelho, distribuído pelas terras, mares da China, Malaca, Indonésia, Portugal, Guiné e por fim Brasil; Duarte Coelho, vinculando-se a este novo continente, mas

lutando por Portugal em Alcácer-Quibir: os primeiros Albuquerques Coelhos, futuros senhores de Pernambuco, donos, povadores do Maranhão, Pará, Paraíba e de novo em Portugal, onde morrem pontualmente, terminando em duelos em Macau, em lutas de Mombaça, de Amboína, Timor. Onde nesta família começa o Brasil, termina Portugal e vive o Asiático? Não o sabemos. Só sabemos que partiram portugueses, foram asiáticos, chineses, malaios, indianos, brasileiros, tornaram nesta fusão magnífica e novamente partiram para se identificarem com todas estas partes do Mundo.

É ridículo culturalmente, é mesquinho historicamente, segundo esta idéia, dividir-se, por exemplo, a história do Brasil em História do Brasil Colonial e História do Brasil. É ridículo e mesquinho, pois, só se fundamentar num único fenômeno, que não é brasileiro, nem português, *o fenômeno político*. Mesmo esse, por quem foi criado e feito, na noite e na clara aurora do Ipiranga? Foi feito pela cultura única, de um Mundo único que se identifica na variedade máxima das suas culturas e no sonho eterno de uma supercultura universal que une todos os povos, junta física, moral e religiosamente — *a cultura sem política*, a cultura, já que não damos o nome de portuguesa, mas que daremos o nome de lusa — sim, é a cultura lusa.

Cultura muito mais remota que toda a cultura e a terra de Portugal, para se fundir em perspectiva magnífica com raças e homens que, vivendo em camadas sucessivas de história, encontravam no português o agente de transmutação, o móbil e a cápsula em movimento universal.

Sim, cultura lusa é a portuguesa, a brasileira, a dispersa por quatro cantos do Mundo — do Haway à Califórnia; da Índia à Birmânia, ao Tanganica, a Angola, à Guiné, e daqui a Portugal e ao Brasil.

Esta cultura é tanto patrimônio de Portugal como é patrimônio do Brasil, pois cultura não tem um único momento fixo, é um eterno movimentar-se. O ser cultural é isso mesmo, é ser movimento e um eterno fluir. A idéia não pára; a forma não se registra eternamente, a língua não se asfixia; a vida por definição é o fluir. Cultura, patrimônio, é esse fluir.

II. Estamos tão cientes deste fenômeno, talvez único na História do Mundo, pois temos vivido com ele ao longo de toda a nossa vida. Parte da minha família é do Norte de Portugal; parte dela é da Ilha da Madeira, do calor tórrido da Ilha do Fogo em Cabo Verde, da pequena e soalheirenta terra de Bissau, na Guiné. Meus antepassados diretos e indiretos morreram na Ilha de Moçambique, em Azamor, e, em Belém do Pará, vivem no Brasil, na América do Norte, etc., etc.

Eu próprio, nascido no bairro de Arroios, durante uma pequena permanência de minha mãe em Portugal, passei os meus 18 primeiros anos na Guiné, em Angola e em Moçambique.

Todo o meu ser, como o da minha família, é tão português como brasileiro, como africano; nada nos distingue. Tudo em nós se mistura.

Eu nada sou como ser neste Portugal político de hoje; mantenho-me português, pois sou universal — o meu mundo é o de toda a cultura que nos envolve.

O meu ser, a minha cultura, o meu intelecto se espalharam por todo este mundo em que vivi e que me educou, criou e fez viver. Que tenho eu a ver com Portugal? Talvez pouco, talvez muito. Politicamente nada; culturalmente, no seu significado luso, tudo.

Amo e sou assim natural da Índia — choro em Velha Goa; sinto-me debruçar e conter o pôr-do-sol nas margens do rio da Prata, na Colônia do Sacramento; beijo a noite em Macau. Sinto este mundo inteiro como um patrimônio único a salvar e a comungar com quem lá vive. É esse comungar que me faz falar convosco. Sinto que é imperioso mostrar, talvez pela primeira vez ao mundo, que este patrimônio é um patrimônio a não esquecer, a preservar e a estudar. Estudemos todos juntos esse enorme patrimônio cultural, e o mundo talvez compreenda que, para além das reservas políticas que entre si existem, para além das mesquinhas definições marxistas, capitalistas ou terceiro-mundistas, existe algo mais importante, mais vasto e aglutinante — o universo sem pátrias — o universo da cultura e que neste pode ser identificado e estudado pela sua existência patrimonial. Que nos interessa que o forte Príncipe da Beira ou de Coimbra sejam onde hoje é o Brasil; que o forte de Almeida ou Elvas estejam onde hoje é Portugal; que o de Jafna ou Negapatão estão onde hoje é o Srylanka; que o de Bassaim se situe onde hoje é a Índia ou o da Ilha de Moçambique, onde hoje é Moçambique? Que me importa e que importância isto tem para todos nós — portugueses, brasileiros, sinegaleses, moçambicanos ou indianos? O seu valor está muito para além destes acidentes político-econômicos; eles formam parte do contínuo redemoinhar das culturas e dentro delas do vasto campo cultural, sem princípio nem fim, a que se deu o nome de cultura lusa.

Quem criou e quem morreu ao construir a cidade de Alcântara era português ou brasileiro? Não sei nem interessa ao mundo. Só sei e só interessa mostrar que Alcântara é patrimônio luso, e nele surge como um dos paradigmas feitos na América do Sul. Nova Mazagão é português ou brasileiro? Que nos importa. . . É uma peça linda, num percurso histórico em que mouros, portugueses-mouros, brasileiros-portugueses e portugueses são atirados para um canto do mundo, onde nunca tinham ido.

III. Procurar fazer esta revolução mental é o que proponho que se faça no futuro Congresso do Patrimônio Construído Luso no Mundo. Congresso que, só por acaso e só por facilidade de arranque, se realiza em Lisboa, no mês de março de 1987. Nele procurar-se-á conseguir uma comunhão de representantes de todos os países em que se pensa existir essa cultura lusa de modo a concluir-se, em primeiro lugar, uma carta de intenções legais

e científicas sobre a maneira de divulgar, gerir, estudar e preservar esse patrimônio; em segundo lugar, propor a criação de um Centro, ou de Centros Regionais, onde se possa efetuar esse estudo, essa preservação e onde se criem núcleos de formação especializada; em terceiro, concluir com uma chamada de atenção ao mundo, para o enorme e potente ato cultural existente e vivido pelas comunidades locais e regionais em que este patrimônio se mantém e vive.

Não podemos esquecer que, na prática, esse patrimônio e mesmo essas vidas e comunidades se encontram inseridos numa estrutura política, que, se bem que momentânea, existe. E que esta estrutura política, muitas vezes, se arroga a atos descriminatórios contra a perenidade desse Universo Cultural, como em outras épocas outros agentes políticos o fizeram com outros nomes e outras finalidades. Ora, por sabermos isso e por sabermos que a certeza da nossa idéia e dos nossos princípios se encontram para além dos questiúnculos supérfluos e momentâneos dos discursos políticos, julgo, ou melhor, ouso afirmar que este Congresso será o primeiro a levantar um véu de fatores e fenômenos com que o nosso mundo terá que viver e confrontar-se para não se afundar nas terríveis e estéreis guerras ideológico-políticas.

O ato cultural, pelo cultural, é um fenômeno da vivência humana tão sólido, tão vasto e tão fluido que pode estar à mercê momentânea de um estado político, mas esse mesmo mundo deverá ter a capacidade de o conhecer e de fazer envolver toda a opinião pública, nesses casos. Para isso, é preciso redescobrir e divulgar. É esta a finalidade do Congresso. O Patrimônio pode não ter o gemido do preso humano político, mas não esqueçamos que ele próprio, sendo do Universo, por vezes se encontra preso politicamente por estados incúrios e despóticos. O Patrimônio preso politicamente é muito mais precioso que o humano preso politicamente. A única coisa diferente é que ele não chora, não berra, não morre de repente, mas sofre todos estes males sem que a maioria das pessoas, que por ele passa, note que o estão a torturar, a violentar, a matar.

O Congresso sobre o Patrimônio Construído Luso no Mundo identifica-se com esta preocupação e pretenderá, como já o dissemos, criar a sua própria *Amnistia Internacional,* ou *Concelhos de Paz.*

Vejamos nós todos se somos capazes de o conseguir. Tudo estará nas nossas mãos.

(*) *Professor Arquiteto Augusto Pereira Brandão*
Presidente da Comissão Instaladora da Universidade Técnica de Lisboa

Noticiário

Paracatu instala Conselho

Como resultado do movimento pela preservação do acervo cultural de Paracatu (SPHAN n.º 34, p. 15 a 17), aquela cidade do interior mineiro conta agora com o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Paracatu, constituído de 9 membros e respectivos suplentes, representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, dos moradores do Núcleo Histórico, da Associação do Movimento Cultural de Paracatu, dos folcloristas, dos produtores de arte e cultura, dos engenheiros e arquitetos, da área de educação e de um advogado.

A solenidade de instalação do Conselho ocorreu em julho, no Jóquei Clube de Paracatu. Na ocasião, o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Cultura, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, afirmou que a iniciativa "serve de exemplo para todo o país de uma ação integrada da SPHAN/*pró*Memória, Governo Estadual, Prefeitura e população local". Segundo o Secretário, um grande trabalho preservacionista está sendo executado em Paracatu, a partir do interesse da Prefeitura Municipal e do Movimento Cultural, lançado por um grupo de jovens da cidade interessados em participar das discussões sobre o destino e a proteção do patrimônio cultural local.

Durante a solenidade, foi assinado convênio entre a SPHAN/*pró*Memória e a Prefeitura Municipal, para a realização de obras de restauração da Igreja de Santo Antônio, Matriz de Paracatu, monumento tombado pelo PHAN. Foi entregue ao Prefeito Diogo Soares Rodrigues o primeiro exemplar do estudo referente à implantação do Núcleo Histórico de Paracatu, realizado através da SPHAN/*pró*Memória.

À cerimônia estiveram presentes, ainda, o Superintendente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais — IEPHA/MG, Olavo Pereira da Silva, técnicos da SPHAN/*pró*Memória responsáveis pelas obras a serem realizadas na cidade, autoridades civis e eclesiásticas locais.



Arquivo 7.ª DR

Escola Normal de Paracatu, durante as obras de restauração



Trecho do Núcleo Histórico de Paracatu. À esquerda, antiga sede do Jóquei Clube

Emergência

Já se encontram em andamento as negociações entre a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ) e a Fundação Nacional *pró*Memória para a celebração de um convênio que viabilizará a execução de obras de emergência na Casa Fazenda São Bernardino, localizada a 20 km do centro daquele município.

Construída em 1875 e tombada pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1951, o monumento se encontra praticamente em ruínas, embora já exista um projeto, elaborado pelo INEPAC, para sua restauração arquitetônica.

Na primeira fase dos trabalhos, está prevista a realização de obras de reforço estrutural, em função do projeto existente, e, visando agilizar os serviços futuros, foram executados moldes dos elementos decorativos presentes, para a devida reintegração, numa fase posterior.

Noticiário

Chafariz no volante

Dando continuidade ao projeto de divulgação dos bens culturais do Brasil junto à população, a Área de Projetos Especiais para Difusão Cultural da Fundação Nacional *pró*Memória utilizou o volante do teste 763 da Loteria Esportiva Federal para expor a fotografia do Chafariz da Boa Morte, localizado na cidade de Goiás (GO).

A tradicional frase de Aluísio Magalhães — "A comunidade é a melhor guardiã de seu Patrimônio Cultural" — foi mais uma vez utilizada na tentativa de conscientizar a população da importância que existe na preservação dos bens culturais.

A próxima etapa de divulgação do patrimônio cultural em volantes da Loteria deverá ocorrer no teste 780 com tema a ser escolhido.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — SEGURANÇA SEM LIMITE

Nome _____

_____

Endereço _____

_____

. . . .

III Festival de Sabará

Dezessete de julho de 1985: a cidade de Sabará (MG) comemorou seus 274 anos de elevação a Vila Real. Como anualmente acontece, a data representa importante momento de congregação, confraternização, reflexão e orgulho para os sabarenses, que possuem um dos mais valiosos acervos representativos de uma época marcante da história do Brasil — o Ciclo do Ouro.

Este ano, em razão do período festivo, que tomou quase todo o mês de julho e parte de agosto, ocorreu o *III Festival de Sabará*, evento promovido pela Prefeitura e realizado pelo Departamento Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, Programa de Ação Cultural — PAC e entidades culturais e comunitárias de Sabará, entre elas o Museu do Ouro (SPHAN n.º 35, p. 1), órgão ligado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foram aproximadamente 70 eventos realizados no Festival, desde sua abertura no dia 5 de julho, com um concerto da Orquestra e Coral do Centro Cultural Pró-Música de Juiz de Fora, no Teatro Municipal de Sabará, passando por exposições, feiras de arte popular, palestras, filmes, danças, esportes, jogos, bailes, missas, teatro e procissão, até o encerramento, no dia 4 de agosto, com o 14.º Concurso de Sinhá Moça, acontecimento que movimentou toda a cidade — 10 mil pessoas —, revivendo o período áureo do barroco mineiro.

Um fato, porém, merece destaque no *III Festival de Sabará*: a comunidade, em participação global, uniu-se e elaborou uma carta aberta ao Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, e ao Secretário da Cultura de Minas Gerais, Delfim Ribeiro, solicitando providências preventivas para fatos que colocam sob risco o patrimônio cultural mineiro, em especial o sabarense, como, por exemplo, os quatro grandes roubos ocorridos recentemente na Capela de N.S. do Ó, na Matriz de N.S. da Conceição, na Capela de N.S. da Soledade e no Museu do Ouro. Neste último, à mão armada, sendo registrada a perda de 48 jóias de ouro e prata dos séculos XVIII e XIX, desfalcando valiosas coleções representativas do potencial criativo daquelas épocas e marcos relevantes da tradição sabarense.

Nesse sentido, houve mobilização promovida por vários segmentos da sociedade local, conclamando toda a população para a utilização de uma tarja negra, no dia 17 de julho, durante uma passeata, que saiu da Igreja Matriz de N.S. da Conceição até a praça Santa Rita, com o objetivo de manifestar repúdio aos atentados contra o patrimônio sabarense, conseqüência da falta de segurança nos monumentos de valor reconhecido.

Como vem ocorrendo freqüentemente em Sabará, este foi mais um evento que teve a adesão de toda a comunidade, obtendo grande sucesso.

MI derrubando barreiras

O Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis (RJ), visando ampliar os serviços prestados à comunidade desenvolveu um projeto para atendimento de diversos tipos de deficientes fisicos e mentais.

Derrubando Barreiras é uma iniciativa pioneira no Brasil, voltada para deficientes da visão, audição e fala, psicomotricidade, paralisados cerebrais, paraplégicos, superdotados, retardados mentais e pacientes psiquiátricos, que permitirá a seus participantes adquirir experiências de convívio com a vida sócio-cultural, integrando-se ao mundo exterior e descobrindo novos universos dentro do acervo do museu.

O projeto será dividido em 8 subprojetos com finalidades idênticas. Apenas a metodologia será diversificada e cada educando receberá atendimento de acordo com suas necessidades fisicas, mentais e intelectuais. *Derrubando Barreiras* está sendo apoiado pela Cia. Mineira de Refrescos, Centro de Atualização da Mulher Petropolitana e Programa Nacional de Museus da *pró*Memória. Conta ainda com a participação de 700 educandos, divididos em turmas que variam de 30 a 70. Os trabalhos foram iniciados dia 26 de julho e permanecerão até 23 de setembro, sendo realizados em dias e horários alternados.

Noticiário

Quixeramobim recebe patrimônio

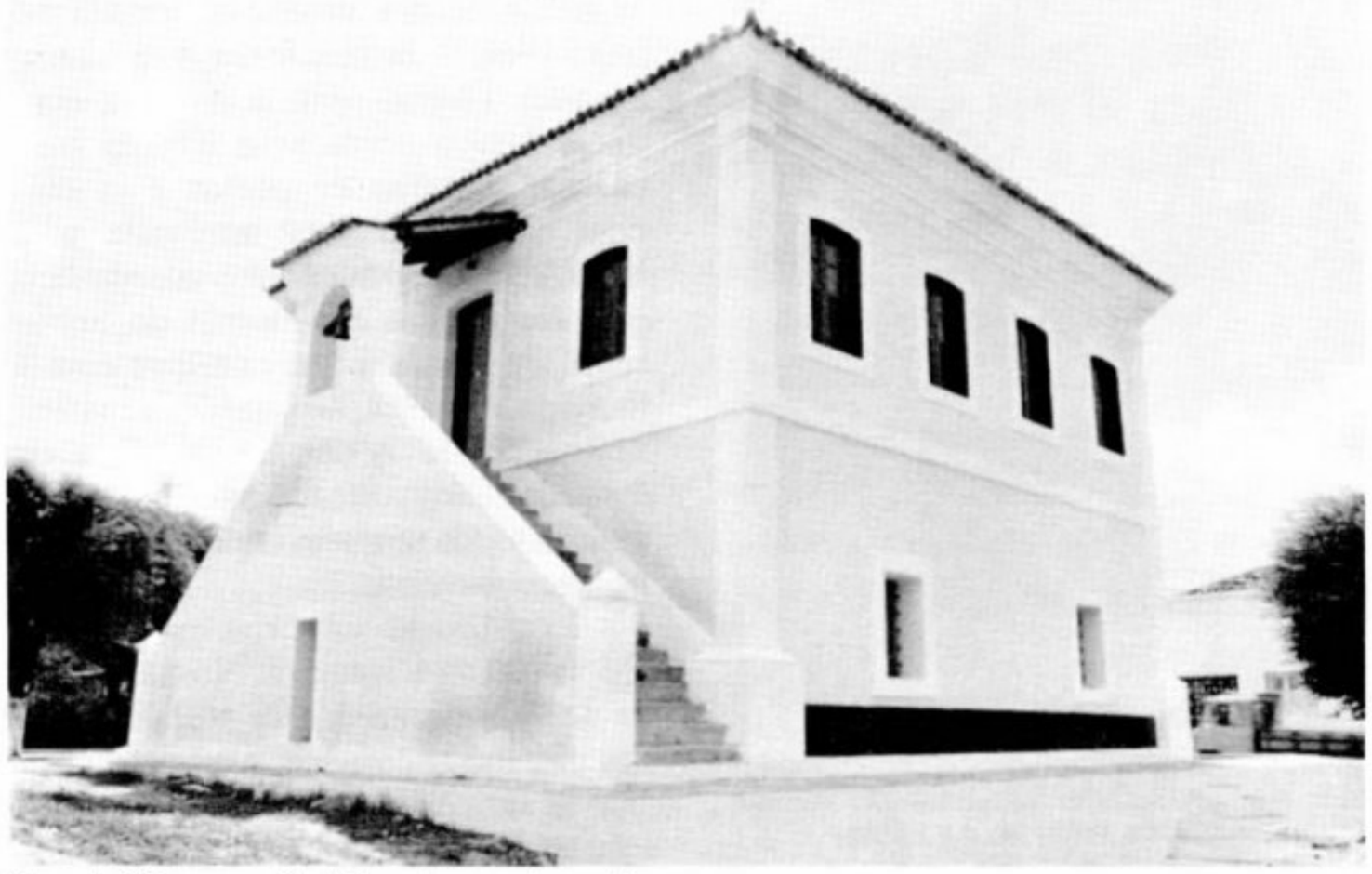
A Fundação Nacional *pró*Memória, através da 3.ª Diretoria Regional da SPHAN, entregou no dia 14 de agosto deste ano à comunidade de Quixeramobim (CE) a antiga Casa de Câmara e Cadeia, restaurada após convênio firmado com a Prefeitura Municipal daquela cidade, em 11 de outubro de 1984.

Construído entre 1818 e 1832 pelo açoriano Jacinto José de Souza Pimentel, o prédio, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 09 de fevereiro de 1972, deverá ser, inicialmente, ocupado pela Câmara Municipal de Quixeramobim até a construção de sua sede, quando o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia será utilizado para atividades culturais do município, podendo ali ser instalada a biblioteca ou o museu municipal.

De volume predominantemente cúbico, o edifício possui características arquitetônicas semelhantes às das demais Casas de Câmara e Cadeia do resto do país. Consta de dois pavimentos, servindo o térreo, originalmente, para a cadeia e o andar superior para a câmara. Apresenta telhado em quatro águas, com beirais sobre cornija de perfil tradicional que lhe confere características orientais. A ligação entre os dois pavimentos é feita por escadaria com dois acessos, formando pano de parede trapezoidal, que se encontra no patamar de acesso à câmara, onde existe pequeno alpendre com sineira.

O trabalho executado pela SPHAN/*pró*Memória constou de pesquisas, prospecções e demolições que se fizeram necessárias durante a obra, tendo em vista as alterações existentes no partido original do prédio, especialmente no que se refere à ausência das grades da fachada principal, presença de forros em todo o andar superior, além de alterações nos pisos e revestimentos. Foram também realizados trabalhos de pintura, imunização do madeiramento, instalações elétricas e hidro-sanitárias, e agenciamento da área externa.

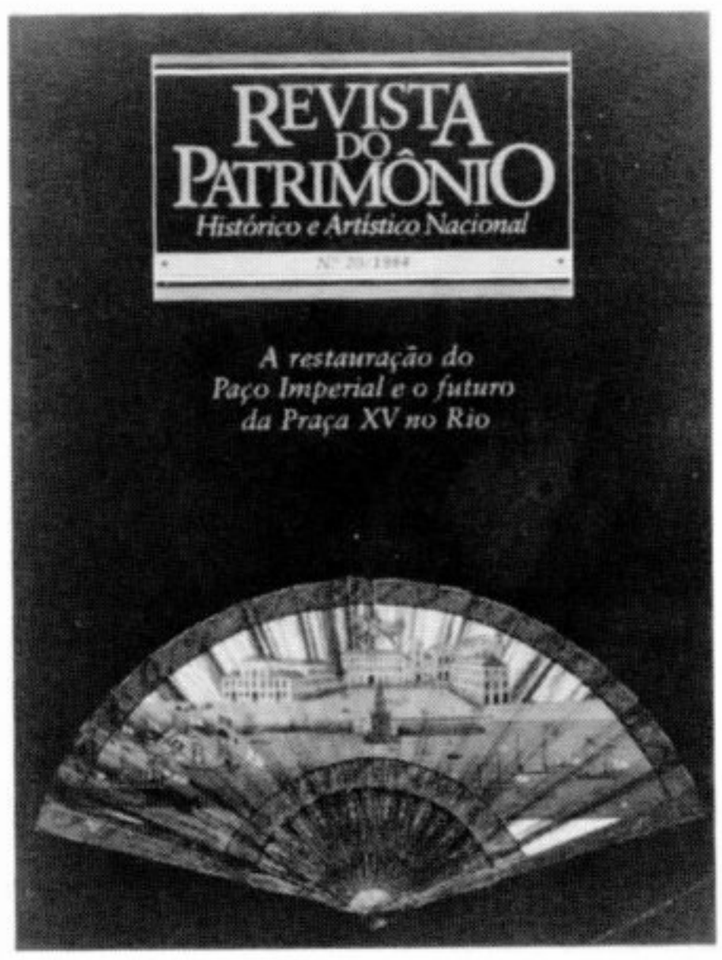
Nas obras de restauração do imóvel, onde foram gastos cerca de 30 milhões de cruzeiros, 10 dos quais cabendo à Prefeitura de Quixeramobim e 25 à *pró*Memória, a 3.ª DR procurou sempre utilizar mão-de-obra local, alcançando, assim, além do objetivo principal, que era a restauração do prédio, a participação efetiva de uma parcela da população, fator de grande importância para a conservação futura do monumento.



Arquivo 3.ª DR

Casa de Câmara e Cadeia após a restauração

Revista do Patrimônio



A Revista do Patrimônio, criada em 1937 (SPHAN n.º 31, p. 32), apresenta em sua vigésima edição uma série de assuntos relacionados à cultura brasileira. Entre eles, um ensaio inédito de Mário de Andrade sobre Cândido Portinari e um texto de Gilberto Velho intitulado "Antropologia e Patrimônio Cultural".

Mas o destaque da Revista, no entanto, fica por conta da matéria, da página 134, sobre a história, a restauração e o futuro do Paço Imperial do Rio de Janeiro (RJ), com textos de Pedro Calmon, Glauco Campello e Cyro Corrêa Lyra.

Para seu próximo número, a Revista do Patrimônio programou a publicação de 104 mitos indígenas inéditos, estudados pelo Etnólogo teuto-brasileiro, Curt Nimuendaju, entre outros temas.

A Revista se encontra à venda nas unidades da SPHAN/*pró*Memória e livrarias especializadas. Informações no Núcleo de Editoração, Rua da Imprensa, 16 — 6.º andar/615 — CEP 20030 — Rio de Janeiro. Tel. (021) 220-2990 e 220-1540.

No "Alto da Forca" primeira paróquia é restaurada

"Alto da Forca" é o ponto mais elevado do Município de Porto Calvo (AL). Ali, de onde se pode desfrutar uma bela paisagem, está localizada a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que no último dia 1.º de julho foi entregue, inteiramente restaurada pela SPHAN/*pró*Memória, à Arquidiocese de Maceió.

Para comemorar o evento a Secretaria de Cultura de Maceió promoveu uma programação, acompanhada com muita animação pela população local. O motivo era simples: depois de 4 anos fechada para restauração, a primeira paróquia de Alagoas estava de volta às mãos da comunidade.



Fotos Rosália Menezes

Devido às diversas alterações por que passou, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação conserva hoje poucos dos seus elementos originais. Através da análise de sua fachada verifica-se que se trata de uma igreja de estilo seiscentista, cujo frontão era anteriormente reto; na parte superior, onde existiam duas janelas simples, atualmente há três janelas rasgadas com guarda-corpos; na parte inferior foram construídas mais duas portas ladeando a central. Uma torre de feição rústica, que contrasta com o edifício, foi erguida, alterando ainda mais a forma original do monumento. Na nave também foram efetuadas modificações, como a construção de altares colaterais, de alvenaria de tijolo e um altar, na capela profunda ao lado da epístola, com o mesmo tipo de material — todos de estilo popular.

A restauração

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação já passou por restauros anteriores. Os serviços foram executados no período de 1981 a 1982 pela SERVEAL, através de convênio com a *pró*Memória.

A última etapa das obras de restauração, realizadas pela 4.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, por administração direta, foi concluída em maio passado. A orientação das obras ficou a cargo do Técnico de Conservação e Restauração José Ferrão Castelo Branco, sob a coordenação de Ayrton de Almeida Carvalho, Diretor da 4.ª DR.

Foram executados os seguintes trabalhos: na nave e na capela-mor, novas estruturas com tesouras do tipo caibro armado e tensores metálicos; aplicação de laje pré-moldada no campanário da torre; restauração total do retábulo principal; modificação completa na coberta, que recebeu novo entelhamento; substituição de várias portas e janelas, com aplicação de ferragens típicas; toda a parte elétrica foi substituída, obedecendo às normas técnicas contra incêndio; instalação hidráulica — boxes, fossa, sumidouro e caixa d'água; pintura externa com tintas 100% acrílicas e interna com caicão; pinturas de portas e janelas com esmalte na cor aprovada pela SPHAN; substituição dos guarda-corpos das janelas por outros de linhas retas, de forma a não conflitar com a fachada; restauração total do camarim, aplicação de novas cambotas e do forro de cedro volteado na capela-mor. Foram feitos também beneficiamentos no agenciamento.



Entrada da capela profunda e o púlpito

Localizada na principal rua de Porto Calvo, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi edificada por um italiano chamado Christovão Lins, não se sabe bem em que ano; supõe-se que tenha sido em meados ou fins do século XVI.

SPHAN 37
*pró*Memória

Noticiário

Arte japonesa na Chácara

Partindo da idéia de realizar uma exposição das gravuras japonesas que integram seu acervo, o Museu da Chácara do Céu, localizado em Santa Tereza, no Rio de Janeiro (RJ), através de seu Setor Educativo e de sua Coordenadoria de Museologia, programou uma série de atividades que tiveram início no dia 18 de julho e que se desenvolverão até 15 de setembro, tendo como tema a arte japonesa.

Em torno da exposição intitulada "Xilogravuras Ukiyo-ê", que reuniu uma coleção de 18 peças importantes no contexto das artes nipônicas, foram programados outros eventos, dirigidos aos freqüentadores — em particular às crianças — da Chácara do Céu, como: o curso "As artes no Japão", abordando os temas arquitetura, escultura, pintura, gravura, cerâmica, entre outras manifestações características daquele país; "Aprendendo a fazer pipas"; "A hora do conto", narração e dramatização de lendas do folclore japonês; "Dobraduras de papel", que no Japão é considerado um jogo intelectual; "Aprendendo a fazer bonecas de papel"; "Jogo, teatro e museu", interpretações cênicas de motivos apresentados nas gravuras; e o "Kendo", apresentação de luta marcial, técnica japonesa que tem como principal função o adestramento do corpo e o refinamento da mente. O evento contou com o apoio do Consulado do Japão.

O que é "Ukiyo-ê"

O Ukiyo-ê foi uma manifestação artística desenvolvida pelo povo japonês, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Significa, literalmente, "pintura que descreve o mundo transitório", e surgiu para atender às necessidades artísticas das massas.

No século XVI, com a consolidação do sistema monetário e a intensificação do comércio, surgiu no Japão uma nova classe, a burguesia urbana, que passou a exigir uma arte não aristocrática e mais ao seu alcance. Assim, aparece no século XVII a escola denominada Ukiyo-ê, reagindo contra a escola Tosa, que se dedicava a representações da vida da corte, e a escola Kano, a da tradição austera, herdada da China. Os artistas de Ukiyo-ê permaneceram atentos ao seu tempo e libertaram-se das regras estabelecidas. Somente estavam em condições de fazê-lo artistas que não tinham preparo cultural comum aos grandes pintores do Japão. Com raras exceções, os artistas da escola Ukiyo-ê eram provenientes da classe dos artesãos.

No que toca à sua influência no Ocidente, a Xilogravura Ukiyo-ê ficou conhecida na Europa na segunda metade do século XIX. Com a abertura dos portos japoneses ao comércio estrangeiro, a arte do Ukiyo-ê pôde chegar aos europeus através dos viajantes ou como papel de embrulho utilizado na embalagem de mercadorias. Assim, milhares de cópias de Xilogravura Ukiyo-ê deixaram o Japão, e a divulgação dessas obras no meio artístico europeu em muito influenciou a literatura, a música e a pintura, entre outras artes.

Para os artistas que buscavam um novo tipo de pintura, a composição livre e baseada na cor, o colorido claro sem utilização de sombreamentos, as linhas simples da Xilogravura Ukiyo-ê foram uma grande descoberta, tendo influenciado, principalmente, os impressionistas. Artistas como Van Gogh, Millet Monet, Gauguin, Rousseau, Whistler, Toulouse-Lautrec e Degas reconheceram a sua qualidade artística, o que credita a esta arte uma importância singular no panorama artístico europeu do século XIX.



Em exposição, bonecas japonesas



Apresentação de "Kendo" nos jardins da chácara

Fotos Arquivo Chácara do Céu



No interior, arranjo de flores — "Ikebanas"

Noticiário

Concluída primeira etapa no Largo da Carioca



Dois dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no centro do Rio de Janeiro estão com a primeira etapa das suas obras de restauração concluída. Trata-se do Convento de Santo Antônio e da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, ambos situados no tradicional Largo da Carioca.

As obras de restauração desses monumentos começaram no início de 1984 e se originaram de convênio firmado entre empresas privadas e instituições culturais e religiosas, no fim do mês de dezembro de 1983 (SPHAN n.º 27, p. 11 e 12).

O Arquiteto responsável pela restauração do conjunto é Sabino Barroso, da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória. Segundo ele, nesta fase as obras foram executadas mais na parte externa. A parte frontal do Convento foi recuperada e as esquadrias trocadas. A reabertura dos arcos da fachada do fundo do antigo Hospital da Penitência também foi efetuada. "A reabertura desses arcos viabilizou uma nova proposta visual do Convento, além de evidenciar que ali existiu uma obra arquitetônica de grande valor para esta cidade", explica o Arquiteto.

O prédio da Ordem Terceira contará ainda com obras complementares que irão recompor fachadas, pinturas e composições arquitetônicas, prejudicadas pelo tempo.

A torre do elevador, que dava acesso ao Convento e está atualmente fora de uso, deverá ser retirada, pois fere a ambiência do conjunto arquitetônico.

No início das obras de restauração surgiu uma polêmica quanto à demolição do prédio de número 3 da Rua da Carioca. Pelo fato de a edificação possuir três pavimentos, a visão do Convento, pela Rua Uruguaiana, fica prejudicada. A retirada do prédio constava no projeto original, mas o edifício faz parte do Corredor Cultural — uma das áreas históricas do Rio de Janeiro — e sua demolição total não é possível. A solução encontrada foi a de se retirar apenas o anexo localizado ao fundo da construção. Isso deverá facilitar a abertura da rampa de acesso até o nível do obelisco, no Largo da Carioca.

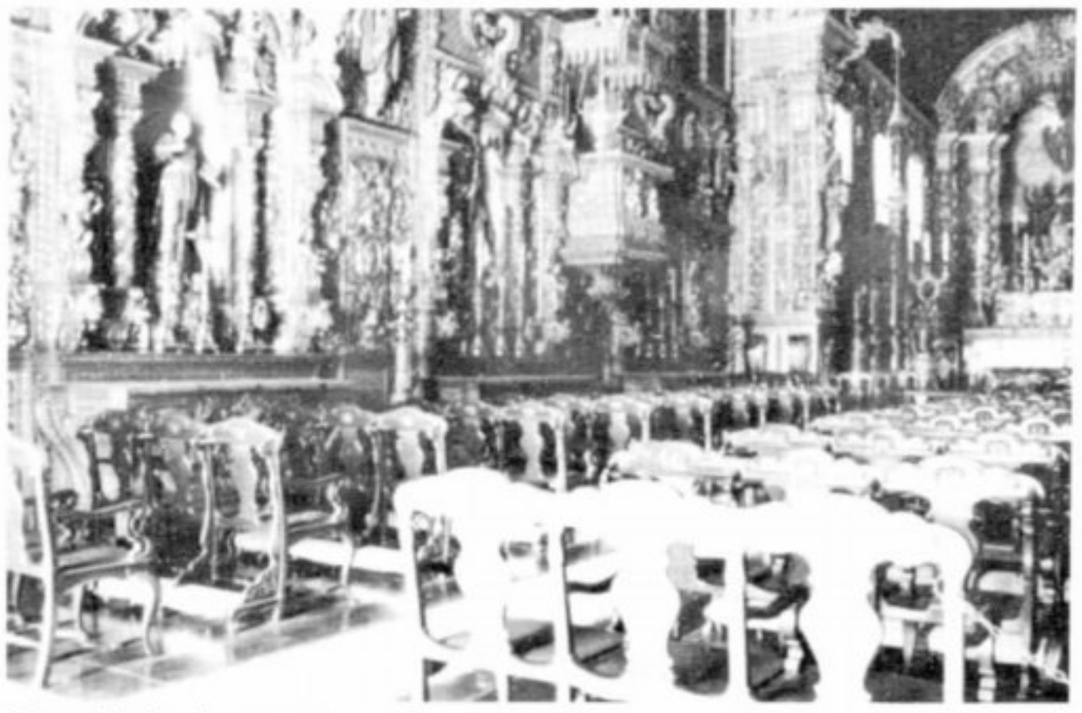
Ao serem iniciados os trabalhos de restauração no Convento de Santo Antônio e na Igreja da Ordem Terceira da Penitência constatou-se a necessidade de serem efetuadas pesquisas arqueológicas.

A presença da arqueologia veio mostrar a existência de edificações antigas soterradas sob o fundo do antigo cárcere existente na área do Convento. Constatou-se também que abaixo do atual Convento passa um antigo aqueduto. "Essa descoberta foi muito importante, pois o aqueduto passa em uma faixa de 60 a 70 metros abaixo do Convento e é feito um túnel de características românicas da melhor qualidade. Essa descoberta só foi possível graças aos trabalhos de arqueologia que ali foram desenvolvidos", conclui Sabino Barroso.



Fotos Fundação Roberto Marinho

Detalhe do coroamento do arco — cruzeiro



Nave da igreja com a capela-mor ao fundo

Convênios e Contratos

A Fundação Nacional *pró*Memória liberou, neste bimestre, recursos financeiros para a execução dos seguintes convênios e contratos assinados:

1. Com a Associação de Energias e Trabalho de Comunicação Sem Fronteiras-Uzyna-Uzona, visando restaurar o Teatro Oficina de São Paulo.

2. Com a Editora Jornal de Letras Ltda., tendo como objetivo a prestação mensal de serviços de publicidade no *Jornal de Letras*, através de uma página especial relatando as realizações da *pró*Memória nos campos da música, teatro, patrimônio histórico, literatura e artes plásticas, no período de julho a dezembro de 1985.

3. Com a Universidade Federal de Ouro Preto, com o propósito de realizar trabalhos referentes à preservação das cidades de Ouro Preto e Mariana, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais.

4. Com a Instala Comércio Eletrônica e Representações Ltda., visando à manutenção de um sistema KS 820, equipado com dez aparelhos instalados em dependências da *pró*Memória, na Rua da Imprensa n.º 16 — 8.º andar — Rio de Janeiro.

5. Com a Prefeitura Municipal de Timbó (SC), tendo como objetivo a substituição de caibros e peças estruturais da Casa do Professor — Escola Rural de Timbó (SC) (SPHAN n.º 34, p. 34 e 35).

6. Com a Empresa Serviços Técnicos de Engenharia Álamo Ltda., tendo como propósito a prestação de serviços de consultoria técnica e de fiscalização dos projetos executivos das instalações eletromecânicas do 16.º pavimento, do sistema de bombas de água potável do Palácio da Cultura (RJ).

7. Com a Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S/A., visando à realização de serviços de impermeabilizaçao nas áreas de caixas d'água e cobertura do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

Livros/Lançamentos

Os livros lançados no bimestre julho/agosto pelas instituições que compõem o Ministério da Cultura são os seguintes:

- *Morandubas para Curumins*
  Luis Murat
  *pró*Memória/INL/Ed. Miguilim



- *Dicionário Biográfico Musical*
  Vasco Mariz
  *pró*Memória/INL/Ed. Philobiblion



- *A Unidade Diversa*
  Eduardo F. Coutinho
  *pró*Memória/INL/Ed. Anima Produções Artísticas e Culturais

- *Dicionário da Língua Popular da Amazônia*
  Paulo Jacob
  *pró*Memória/INL/Ed. Cátedra

- *A Guerra de Canudos*
  Henrique Duque-Estrada
  *pró*Memória/INL/Ed. Philobiblion

- *Criaturas de Jorge Amado*
  Paulo Dias Tavares
  *pró*Memória/INL/Ed. Distribuidora Record de Serviços de Imprensa



- *Idéias Econômicas de Cincinato Braga*
  Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal

- *Idéias Políticas de Arthur Bernardes — volumes I e II*
  Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal

- *Processo de Modernização do Brasil — economia e sociedade, uma bibliografia*
  Ângela Pôrto, Lilian de A. Fritsch, Sylvia F. Padilha
  Fundação Casa de Rui Barbosa

- *João Cabral: a poesia do menos*
  Antônio Carlos Secchim
  *pró*Memória/INL/Livraria Duas Cidades



Cartas

"Sou professora de História da Arquitetura Brasileira no Departamento de Arquitetura das Faculdades Integradas de São José dos Campos. Através de bibliotecas conheço o Boletim sobre arquitetura e preservação que publicam e gostaria de recebê-lo eu mesma para trabalhar com esse material junto aos meus alunos. Os senhores sabem de nossas dificuldades em encontrar material de pesquisa e podem avaliar a importância dessa contribuição.

Solicito, se possível, que enviem também os números anteriores. Existem capas já impressas para os volumes já publicados?"
— Silvia Frossard — Teopompo de Vasconcelos, 544 — São José dos Campos (SP).

N.R. Nós, do *Boletim SPHAN*, recebemos com muita satisfação sua correspondência. Honra-nos saber que o veículo por nós editado preenche expectativas tão importantes, tais como servir de instrumento para pesquisa.

Informamos que seu nome já faz parte da listagem para receber os números anteriores, assim como as futuras publicações, e que não existem capas para o Boletim. Aconselhamos, pois, que os exemplares sejam arquivados em pastas do tipo classificador.

"Recebi, há algum tempo, mais uma remessa da revista SPHAN/ pró*Memória, o caderno 32 inclusive. Meus agradecimentos pela atenção. Ficarei muito satisfeito se continuar a receber esses cadernos. Não posso deixar de manifestar minha grande satisfação, ao tomar conhecimento, à página 14 do caderno 32, dos trabalhos que estão sendo realizados na Igreja de São Francisco de Paula, em Ouro Preto (MG). Essa igreja conserva trabalhos de meu avô, que era escultor ou entalhador. Trata-se de tapa-vento que até hoje se conserva, felizmente, sem pintura. Sempre foi tradição de família que é também trabalho dele o conhecido 'altar do cravo'.*

Estes são dados que poderiam ser comprovados, se, ao ensejo da restauração desse templo, forem consultados os arquivos da Irman-

dade. Nome do artista: Francisco Pereira de Castro.

Esta é apenas uma contribuição para facilitar possíveis pesquisas."
— † José Brandão de Castro, Bispo de Propriá — Diocese de Propriá — Av. Pedro Abreu de Lima, 482 — CEP 49900 — Propriá (SE).

N.R. É de grande importância recebermos contribuições desse tipo. Comunicamos a Vossa Excelência Reverendíssima que sua carta foi remetida à 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória (MG), onde terá certamente boa acolhida, em razão de seu valoroso conteúdo.

"Recebo com muito prazer folhetins da pró*Memória. Resolvi encadernã-los e dei pela falta dos números 29 e 30 (o último que recebi foi o número 32) bem como as* Memórias de Restauração *n.os 1 e 2. Fico antecipadamente agradecido se me forem enviados esses exemplares que me faltam.*

Aproveitando a oportunidade, quero dizer do meu interesse em conhecer as publicações da SPHAN, devido à atividade didática que desenvolvo junto à Cadeira de Estética do Projeto da FAU-USP.
— Carlos Augusto Mattei Faggin — Rua Campevas, 313/ap. 92 — São Paulo (SP).
N.R. Informamos a V.Sa. que somente respondemos pelo Boletim SPHAN/*pró*Memória. Nesse sentido, estamos providenciando a remessa dos números solicitados. As demais publicações da instituição podem ser conseguidas com o Sr. Elieser Gomes do Nascimento, na Administração Central da *pró*Memória, Palácio do Itamarati — Av. Marechal Floriano, 196 — Centro — Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20030 — tel. (021) 253-8020.

*"Em nome do Instituto Histórico de Niterói, do qual sou o atual Presidente, cabe-me acusar o recebimento dos Boletins editados pela SPHAN/*pró*Memória, desde o número inicial de 1979 até o n.º 32 referente a set./out. de 1984.*

Ao agradecer o envio dessa publicação, tenho a satisfação de consignar as nossas congratulações pelo excelente Boletim, rico em informações sobre as tarefas desempenhadas por esse importante órgão público, que, com tanta eficiência, vem desenvolvendo o trabalho pioneiro de Mário de Andrade e de Rodrigo Mello Franco de Andrade, mais recentemente tão bem compreendido e levado avante pelo saudoso Aloísio Magalhães, de pranteada memória.

Louvamos a matéria, toda ela do maior interesse, e a apresentação gráfica obediente a um padrão constante que permite seu arquivamento uniforme.

Esperando continuar a receber o Boletim que enriquece sobremodo nossa biblioteca, fornecendo valiosos subsídios para pesquisadores em História, aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sa. protestos de nossa estima e alto apreço."
— Gilberto Emilio Chaudon — Instituto Histórico de Niterói — Caixa Postal 541 — Niterói (RJ).

N.R. O Boletim SPHAN agradece as suas palavras.

*"Tomando conhecimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória, verifiquei que constitui excelente fonte de trabalho. Como estamos desenvolvendo trabalho de cadastramento do patrimônio arquitetônico nos seria de grande interesse obter a série completa.*

Solicitamos, pois, que nos informem o que deverá ser feito para que obtenhamos o conjunto das publicações anteriores e uma ficha de assinatura para os boletins a serem publicados."
— Vilmar Vidor — Coordenador do Núcleo de Planejamento Urbano, da Fund. Educacional da Região de Blumenau — Rua Antonio da Veiga, 140 — Blumenau (SC).
N.R. Agradecemos o envio de sua correspondência e informamos que é o suficiente para ter essa Fundação inscrita na listagem de assinaturas do Boletim SPHAN.

"Tengo el agrado de escribirle estas breves líneas para agradecerle el envío de las Memorias editadas por la Fundación, números 31 y 32.

Al felicitarla por la calidad y contenido de la publicación, deseo reiterarle mi agradecimiento por contarme entre las personas que la reciben. Saluda a usted."
— Roberto Samanez Argumedo — Arquiteto — Apartado Postal, 289 — Cuzco — Peru.

N.R. O Boletim SPHAN agradece a atenção dispensada.

"Com grande satisfação o Museu Frei Galvão de Guaratinguetá vem encaminhar cópia do convênio realizado entre este Museu e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tendo como objetivo trazer para o Arquivo-Memória de Guaratinguetá, de nosso Museu, os documentos cartorários referentes aos séculos XVIII, XIX e XX, até 1920. É este o primeiro convênio a realizar-se no Estado de São Paulo sobre a entrega desse tipo de documentação a uma entidade particular dedicada à preservação de nossa memória e servirá de exemplo para convênios com outras cidades que desejem preservar tão importante fonte de pesquisa.

Em anexo, enviamos uma publicação sobre a inauguração do Arquivo Memória de Guaratinguetá e algumas monografias publicadas pelo Museu, bem como a Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty, elaborada em encontro promovido também em nosso Museu.

Nesta oportunidade queremos parabenizar a Diretoria da Fundação Nacional pró*Memória, pelas excelentes publicações que vêm sendo realizadas em defesa de nosso patrimônio histórico, pela divulgação e valorização do mesmo, bem como pelo seu restauro em todo o território brasileiro."*

— Thereza Regina de Camargo — Diretora do Museu Frei Galvão — Guaratinguetá-SP.

N.R. Agradecemos o envio do material referente ao Museu Frei Galvão, bem como as palavras elogiosas dirigidas à Fundação Nacional *pró*Memória. Comunicamos que o mesmo material será encaminhado ao Professor Gilson Antunes, diretor do Instituto de História Social Brasileira — Rua da Assembléia, 10 — 7.º andar — Rio de Janeiro — CEP 20011 — que poderá dar colaboração, através do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, no sentido de agilizar o processo de aquisição dos documentos pretendidos pelo Museu.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

EDITOR RESPONSÁVEL
Mauro Jorge Cunha Chaves

CHEFE DE REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro

REDAÇÃO
Francisco Cereto

Laudessi Torquato
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Rodney Dias Ribeiro
Ulisses Lacava

COLABORADORES
Luciana Viegas de Medeiros
Adelina Lapa Nava Rodrigues
Marcos Cambraia
Maria Angélica Fernandes Teixeira
Eliana Thompson Henriques
Mônica Valadão Reis

REVISÃO
Lilian M.G. Lopes da Silva

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier